



**INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DA
PARAÍBA
CAMPUS JOÃO PESSOA
DIRETORIA DE ENSINO SUPERIOR
UNIDADE ACADÊMICA DE GESTÃO E NEGÓCIOS
CURSO SUPERIOR DE BACHARELADO EM ADMINISTRAÇÃO**

LUANA LOPES DE BRITO

**PERCEPÇÃO DE PROFISSIONAIS ACERCA DO PROCESSO DE
APOSENTADORIA NO BRASIL**

JOÃO PESSOA

2021

LUANA LOPES DE BRITO

**PERCEPÇÃO DE PROFISSIONAIS ACERCA DO PROCESSO DE
APOSENTARIA NO BRASIL**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia da Paraíba (IFPB), como requisito institucional para a obtenção do Grau de Bacharela em Administração.

Orientador(a): Prof. Dr. Odilon Saturnino Silva Neto.

JOÃO PESSOA

2021

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação – CIP
Biblioteca Nilo Peçanha –IFPB, *Campus* João Pessoa

B862p Brito, Luana Lopes de.
Percepção de profissionais acerca do processo de aposentadoria
no Brasil / Luana Lopes de Brito. – 2021.
66 f. : il.

TCC (Graduação – Bacharelado em Administração) – Instituto
Federal da Paraíba – IFPB / Unidade Acadêmica de Gestão - UAG.
Orientador: Prof. Dr. Odilon Saturnino Silva Neto.

1. Educação financeira. 2. Alfabetização financeira. 3.
Aposentadoria. 4. Investimentos. Previdência. I. Título.

CDU 64.031:005.956.6

LUANA LOPES DE BRITO

**PERCEPÇÃO DAS PESSOAS ACERCA DO PROCESSO DE APOSENTADORIA
NO BRASIL**

Trabalho de conclusão de curso apresentado ao Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia da Paraíba (IFPB), curso Superior de Bacharelado em Administração, como requisito institucional para a obtenção do Grau de Bacharela em **ADMINISTRAÇÃO**

João Pessoa, _____

RESULTADO: APROVADO

BANCA EXAMINADORA:



Prof. Dr. Odilon Saturnino Silva Neto (IFPB)
Orientador



Prof. Dr. Glauco Barbosa de Araújo (IFPB)
Examinador interno



Prof. Ms. Herbert José Cavalcanti de Souza
(IFPB)
Examinador interno

Dedico este trabalho a minha família, por sempre prestarem apoio nos momentos difíceis dessa caminhada.

A todas as pessoas, que como eu, precisam enfrentar durante a graduação os obstáculos inesperados da vida, e ainda assim, buscam forças para seguirem e alcançar seus sonhos.

Ao meu pra sempre irmão Felipe Matias de Paiva, “*In Memoriam*” por me ensinar que a irmandade nunca morre!

AGRADECIMENTOS

A Deus por seu imenso amor e misericórdia manifestados em Jesus, sendo minha luz em tempos de escuridão e minha fortaleza em períodos de fraqueza.

A minha mãe Maria das Graças Conceição Lopes e ao meu padrasto Ailton Augusto de Paiva, por todo apoio e incentivo durante toda minha vida; me incentivando a nunca desistir dos meus anseios e me ensinando a vencer todas as batalhas utilizando como ferramentas meus princípios e valores fundamentais.

Aos meus amigos Lauro César, Luana Crispim e Brenda Braga Bezerril pela amizade e companheirismo que vão além dos muros da Universidade.

Ao meu orientador Odilon Saturnino, por não me deixar desistir quando não sentia mais o chão sob os meus pés. Por toda compreensão, paciência e dedicação durante as disciplinas cursadas e especialmente durante o desenvolvimento deste trabalho. Mais que um orientador, um mentor.

A todas as pessoas que contribuíram direta ou indiretamente com esse sonho...

A todos vocês, a minha sincera e eterna gratidão!

“Se você for tentar, vá té o fim. Senão, nem comece. Vá. Até. O fim. Isso pode significar perder amores, amigos, empregos e talvez até a cabeça. Vá até o fim. Isso pode significar três ou quatro dias sem comer. Isso pode significar congelar no banco de um parque. Isso pode significar deboche, rejeição. Solidão. Solidão? Pense nela como um present. E em todo o resto como um teste à sua persistência. O tamanho da sua vontade de chegar lá. Você vai chegar. E vai ser melhor do que qualquer coisa que você possa imaginar”.

Henry Charles Bukowski

RESUMO

Sabe-se que educação financeira é um tema pouco abordado na educação básica da população do nosso país, mas que vem ganhando espaço ao longo dos últimos anos. Quando tal conhecimento não é conquistado, repercussões negativas podem surgir no campo financeiro ao longo da vida. Por esta razão, a obtenção de conhecimento financeiro para que se possa economizar e guardar alguma renda para o futuro, se faz extremamente necessária para se obter um planejamento de aposentadoria, com a finalidade de chegar ao fim de sua vida profissional ativa, de maneira organizada e segura. Neste estudo, avaliou-se como a educação e a alfabetização financeira interferem nas questões de planejamento e controle financeiro da população, bem como o conhecimento e o comportamento das pessoas à respeito da aposentadoria. Uma pesquisa de campo quantitativa e descritiva foi realizada, de maneira online, tendo em vista estarmos vivendo em meio à uma pandemia mundial, de modo à abordar essa temática através de 24 questões via plataforma *Google Forms*. Desta forma, quantificou-se os resultados à partir de tabelas e figuras das distribuições de frequência e com a aplicação das medidas de tendência central. Os resultados em destaque giram em torno da dependência de um conhecimento financeiro para alcance de uma saúde financeira estável. Com relação a aposentadoria, há uma lacuna maior de discussão sobre o assunto que leva as pessoas à dedicarem mais energia à um planejamento do gênero. Este estudo contribuiu com a exploração de deficiências no sistema educacional financeiro, e dá oportunidade para que outros trabalhos possam ser realizados com a finalidade de sanar tais deficiências.

Palavras-chave: Educação financeira. Alfabetização financeira. Aposentadoria. Investimentos. Previdência.

ABSTRACT

It is known that financial education is a topic little discussed in the basic education of the population of our country, but that it has been gaining ground over the last few years. When such knowledge is not gained, negative repercussions can arise in the financial field throughout life. For this reason, obtaining financial knowledge so that you can save and save some income for the future is extremely necessary to obtain a retirement plan, with a point of reaching the end of your active professional life, in an organized manner. and safe. In this study, it was evaluated how education and financial literacy interfere in the population's planning and financial control issues, as well as people's knowledge and behavior regarding retirement. A quantitative and descriptive field research was carried out online, considering that we are living in the midst of a global pandemic, in order to address this issue through 24 questions via the Google Forms platform. Thus, the results were quantified from tables and graphs of frequency distributions and with the application of measures of central tendency. The highlighted results revolve around the dependence on financial knowledge to achieve stable financial health. Regarding retirement, there is a greater discussion gap on the subject that leads people to devote more energy to such planning. This study has contributed to an exploration of deficiencies in the financial education system and provides the opportunity for other workers to be carried out with the relevant role to remedy such deficiencies.

Keywords: Financial education. Financial literacy. Retirement. Investments. Pension

LISTA DE QUADROS

QUADRO 1: Quadro de informações breve de cada um dos planos de previdência..... 26

QUADRO 2: Variáveis e Dimensões abordadas para o levantamento de dados da pesquisa.28

LISTA DE FIGURAS

Figura 1: Gênero dos participantes da pesquisa.....	29
Figura 2: Estado Civil.	30
Figura 3: Grau de instrução dos participantes.....	31
Figura 4: Atividade profissional.....	32
Figura 5: Seguimento profissional.	32
Figura 6: Renda média dos participantes.	33
Figura 7: Percepção de conhecimento.....	34
Figura 8: Equilíbrio e percepção do conhecimento financeiro.....	36
Figura 9: Equilíbrio e segurança do conhecimento.....	37
Figura 10: Equilíbrio e tipos de investimento.....	37
Figura 11: Educação financeira (curso/palestra/seminário).....	38
Figura 12: Acesso ao material.....	39
Figura 13: Ajuda/consultoria financeira na empresa.....	40
Figura 14: Hábito de poupar e investir.....	43
Figura 15: Porque não investem.....	44
Figura 16: Equilíbrio e investimento.....	47
Figura 17: Percepção da aposentadoria.....	48
Figura 18: Regime de aposentadoria.....	49
Figura 19: Renda destinada à previdência.....	50
Figura 20: Previdência complementar aberta.....	50

LISTA DE TABELAS

Tabela 1	Idade e quantidade de dependentes financeiros.....	30
Tabela 2	Gastos.....	35
Tabela 3	Atitude financeira.....	40
Tabela 4	Controle financeiro.....	42
Tabela 5	Formas de pagamento.....	42
Tabela 6	Equilíbrio e não investimento.....	44
Tabela 7	Tipos de aplicações.....	45
Tabela 8	Aplicação e equilíbrio.....	46
Tabela 9	Modalidades de previdência.....	48
Tabela 10	Previdência complementar fechada.....	51
Tabela 11	Aplicações para fins de aposentadoria.....	51

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

ANAPP	Associação Nacional de Previdência Privada
CDB	Certificado de Depósito Bancário
CDI	Certificado de Depósito Interbancário
CONEF	Comitê Nacional de Educação Financeira
EAPP	Entidades Abertas de Previdência Privada
EFPC	Entidades Fechadas de Previdência Complementar
EFPP	Entidades Fechadas de Previdência Privada
ENEF	Estratégia Nacional de Educação Financeira
FUNBRESP	Fundação de Previdência Complementar do Servidor Público da União
IAPP	Instituto Ambev de Previdência Privada
IPTU	Imposto Predial e Territorial Urbano
IPVA	Imposto Sobre Propriedade de Veículos Automotores
ITR	Imposto Territorial Rural
LCA	Letra de Crédito do Agro Negócio
LCI	Letra de Crédito Imobiliário
MPAS	Ministério da Previdência Social
OCDE	Organização para Cooperação e Desenvolvimento Econômico
OSCI	Organização da Sociedade Civil de Interesse Público
PEC	Proposta de Ementa à Constituição
PETROS	Fundação Petrobras de Seguridade Social
PGBL	Plano Gerador de Benefício Livre
RGPS	Regime geral de Previdência Social
RPC	Regime de Previdência Complementar
RPPS	Regime Próprio de Previdência Social
SEBRAE	Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas
SPC	Secretaria de Previdência Complementar
SUSEP	Superintendência de Seguros Privados
VGBL	Vida Geradora de Benefício Livre

SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO.....	14
2. OBJETIVOS	16
2.1 Objetivo Geral	16
2.2 Objetivos Específicos	16
3. FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA	17
3.1 Educação Financeira	17
3.2 Comportamento Financeiro	18
3.2.1 Planejamento e Controle.....	18
3.2.2 Atitude e Comprometimento de Renda	19
3.3 Processo de Aposentadoria no Brasil	19
3.4 Previdência Social Brasileira	21
3.5 Previdência Privada	24
3.5.1 Previdência Privada Fechada.....	24
3.5.2 Previdência Privada Aberta	25
4. METODOLOGIA DA PESQUISA	26
4.1 Caracterização da Pesquisa	26
4.2 Universo, Amostragem e Amostra	26
4.3 Instrumento de Coleta de Dados	27
4.4 Perspectiva de Análise de Dados	28
5. RESULTADOS E DISCUSSÃO	29
5.1 Perfil Socioeconômico	29
5.2 Conhecimento Financeiro	34
5.2.1 Atitude e Comportamento Financeiro	40
5.2.2 Aposentadoria.....	47
6 CONSIDERAÇÕES FINAIS	52
REFERÊNCIAS	53

1. INTRODUÇÃO

No mundo globalizado em que vivemos é de extrema importância que as pessoas tenham acesso aos conhecimentos básicos ofertados pela educação financeira, no intuito de planejar de uma melhor forma, a condição de gasto e poupança que a sociedade necessita ter para que se tenha uma velhice mais tranquila em relação ao dinheiro. A alfabetização financeira por sua vez, proporciona ao indivíduo uma ampliação do entendimento sobre o conhecimento que se deve ter e como devem se comportar em relação às finanças no processo de aposentadoria. A alfabetização tem sido então reconhecida de forma mais evidente neste século, o que preocupa governantes de todo o mundo, visto que vivemos em uma sociedade quase completamente capitalista, e para que as pessoas vivam bem nela, se faz necessário o conhecimento acerca de finanças. Quando esse conhecimento não é adquirido, más decisões podem ser tomadas e repercussões negativas passam a existir no campo financeiro (VIEIRA *et al.*, 2019).

Em nosso país, a educação financeira vem conquistando espaço ao longo dos últimos anos, desde a criação do Decreto nº 7.397, de 22 de dezembro de 2010, que instituiu a Estratégia Nacional de Educação Financeira (ENEF), que tem por objetivo “promover a educação financeira e previdenciária e contribuir para o fortalecimento da cidadania, a eficiência e solidez do sistema financeiro nacional e a tomada de decisões conscientes por parte dos consumidores” (BRASIL, 2010, on-line).

Quando falamos em educação financeira a longo prazo, visualizamos a importância de se ter um planejamento de aposentadoria. Infelizmente, muitas pessoas não costumam economizar e guardar alguma renda para o futuro, e essa falta de planejamento pode ocasionar em maiores dificuldades no período de necessidade. No Brasil, o processo de aposentadoria tem passado por diversas mudanças e por conta disso, alguns assuntos vêm sendo debatidos em relação a este tema. Para Bertussi e Tejada (2015), a aposentadoria é considerada uma poupança forçada, devido ao fato de que o dinheiro depositado fica em posse do governo, até o momento em que o trabalhador possa ter acesso a ele. Quando perde sua capacidade de trabalhar, o trabalhador é amparado pela Previdência Social, que é garantida a ele e sua família (FIDELIS, 2018).

A previdência social trata-se de uma medida imposta pelo governo que visa contribuir com a população inativa em questões de trabalho. Ao longo da vida, o trabalhador em serviço paga um valor ao governo para que um dia possa fazer uso dele, em caso de aposentadoria por tempo de contribuição, por invalidez, acidente, gravidez, entre outros motivos. No entanto, o que se tem visto atualmente é que a população ativa é menor que a população inativa, o que

gera uma série de problemas financeiros. Visto que para cobrir a demanda de aposentados, o governo necessita que a população ativa seja maior. Após esse déficit, decorrente do desemprego, a expectativa de vida maior que a taxa de fecundidade e a mudança nas leis trabalhistas, as empresas privadas costumam oferecer aos seus funcionários planos de previdência complementar, contribuindo com a renda do trabalhador através do benefício privado (SOUZA, 2018). Algumas empresas do setor público também oferecem esse tipo de benefício.

A pesquisa em questão surgiu após algumas indagações no ambiente de trabalho que envolve indústrias e visto que a aposentadoria é um processo pelo qual a maioria das pessoas irá passar um dia, é necessário conhecer mais como a população compreende esse momento, assim como também busca estar nessa fase de uma forma segura financeiramente. É importante que enquanto profissional da área de administração, o profissional busque compreender a forma como as pessoas têm lidado com sua vida financeira no processo de aposentadoria, uma vez que, para que o planejamento ocorra, ele precisa ser administrado da melhor forma.

Dentro da área da administração, o tema tem relevância, pois quando se trata de finanças, o principal meio que se tem para trabalhar está relacionado às emendas da administração. Devido às últimas reformas nos planos de aposentadoria da população brasileira, é importante que se avalie como a sociedade tem investido seu conhecimento e seu dinheiro caso surja necessidade de aposentar-se.

Indagou-se então: como as pessoas têm planejado o processo de aposentadoria? Elas planejam sua aposentadoria apenas com a previdência social ou investem também na previdência complementar? Com isso, o trabalho aqui desenvolvido teve como objetivo central conhecer a percepção e o comportamento das pessoas a respeito da aposentadoria, assim como também, buscou-se identificar os níveis de educação financeira e como influenciam na escolha de investimentos de longo prazo, com foco na aposentadoria.

2. OBJETIVOS

2.1 Objetivo Geral

- Descrever a percepção e o comportamento de profissionais no Brasil a respeito da aposentadoria, relacionando com níveis de alfabetização financeira.

2.2 Objetivos Específicos

- Caracterizar o perfil socioeconômico dos participantes da pesquisa;
- Identificar os níveis de conhecimento financeiro a partir das variáveis de pesquisas aplicadas nacional e internacionalmente;
- Descrever o comportamento financeiro tendo como elementos essenciais o planejamento, controle, comprometimento de renda e atitude;
- Apontar os principais tipos de previdência escolhidos pelos participantes e a forma como eles investem seu dinheiro a longo prazo.

3. FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

3.1 Educação Financeira

O tema “Educação Financeira” teoricamente é trabalhado na população brasileira ainda em ambiente escolar básico, onde dentro da matéria de matemática, os alunos do ensino básico são apresentados a este que é um dos conteúdos ministrados na disciplina escolar. Apesar de ser pouco discutido pela população geral, o tema de Educação Financeira é de extrema importância para o desenvolvimento de toda uma sociedade, visto que vivemos em um mundo quase que totalmente capitalista (LUSARDI; MITCHELL, 2007). De antemão, vale relembrar aqui, a definição do termo caracterizado pela Organização para Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE). Assim, por educação financeira compreende-se:

“O processo pelo qual o consumidor financeiro/investidor melhora seu entendimento dos produtos financeiros e dos conceitos, por meio de informação, de instrução e de aconselhamento, com o objetivo de desenvolver as habilidades e a confiança, para se tornar mais consciente dos riscos financeiros e fazer escolhas bem-informadas, para saber aonde ir para obter ajuda, e realizar outras ações efetivas para melhorar seu bem-estar financeiro” (LUSARDI; MITCHELL, 2007, p. 36).

A partir da definição do termo Educação Financeira, os autores demonstram que o nível de conhecimento sobre o tema apresentado diz muito sobre a percepção que as pessoas têm sobre suas escolhas de vida, ou seja, as escolhas financeiras que ela pode fazer ao longo de seu desenvolvimento. Segundo Cerbasi (2005) é possível reconhecer o comportamento de um povo através de sua análise cultural. Em seu trabalho, o autor faz referência ao modo com os brasileiros vivem, exibindo e acumulando bens para que possam sentir-se financeiramente satisfeitos. Isso quer dizer que, embora a sociedade tenha evoluído ao longo dos anos, cada cultura, cada povo tem sua forma de enxergar sua evolução financeira.

Para Lopes *et al.* (2014) é importante que as pessoas saibam fazer um bom uso de seu dinheiro, tendo o senso do quão realmente vale a pena gastar suas economias, uma vez que com o crescimento da tecnologia aliado ao desenvolvimento da mídia, está cada vez mais fácil fazer o uso indiscriminado do dinheiro gerado a partir do esforço do trabalho. Assim, necessita-se compreender que, quanto mais preparadas para lidar com os recursos financeiros, maior será seu nível de alfabetização financeira.

A alfabetização financeira tem sido reconhecida atualmente como elemento precursor da estabilidade financeira e econômica, o que diz respeito à aprovação dos Princípios de Alto Nível sobre Estratégias Nacionais para a Alfabetização Financeira da OECD, passado para o

encontro do G20. No entanto, ao contrário do que se pensa, a alfabetização financeira é um termo diferente do que se entende por educação financeira (POTRICH *et al.*, 2015; OECD, 2013). O foco principal da educação financeira é o conhecimento, já a alfabetização financeira tem como foco além do conhecimento sobre finanças, o comportamento que as pessoas têm diante dela (POTRICH *et al.*, 2015).

Em diversos trabalhos é possível perceber a importância de ter um processo de alfabetização financeira. Nos estudos de Atkinson e Messy (2012), mostram que, para que se tenha resultados positivos no campo financeiro, é indispensável que o indivíduo seja movido pelo comportamento que está relacionado ao processo de educação financeira, visto que o planejamento de despesas e a segurança pelo que se tem investido o dinheiro, vem dessa progressão de conhecimento junto ao comportamento.

Pensando em apoiar a educação financeira no país, o governo brasileiro criou a Estratégia Nacional de Educação Financeira (ENEF), fundada no ano de 2010 através de nove órgãos e entidades governamentais e quatro organizações da sociedade civil, que agrupados fazem parte do Comitê Nacional de Educação Financeira (CONEF). O órgão em si tem por objetivo fortalecer a cidadania fornecendo e apoiando os processos que visam ajudar a população na tomada de decisões de cunho financeiro (BRASIL, 2019; SANTOS *et al.*, 2019). Medidas como essa, ajudam a população a não fazer dívidas, uma vez que este é um problema em nossa sociedade. Quando se tem este planejamento financeiro, é mais fácil visualizar um futuro equilibrado, pois ao economizar, a pessoa pode fazer planos a longo prazo (CERBASI, 2012).

3.2 Comportamento Financeiro

3.2.1 Planejamento e Controle

O planejamento e controle financeiro segundo Lucke *et al.* (2014) é definido como a coordenação, o monitoramento e a avaliação de todas as atividades relacionadas aos dados financeiros, assim como também, define quanto um indivíduo investe de capital. Para que haja um planejamento positivo sobre a renda que é obtida ao longo da vida, é necessário que a pessoa além de saber quanto ganha, deve comprometer parte desse valor para futuros rendimentos, que não estejam dentro da renda gasta periodicamente. Por conta disso, deve-se analisar a importância dos controles de contas, sejam elas, contas a pagar ou contas a receber. Este tipo de planejamento permite um melhor controle sobre os compromissos assumidos, visto que permite um acompanhamento fácil dos recursos disponíveis (SEBRAE, 2000).

O planejamento financeiro que visa o controle de gastos e investimentos é peça fundamental para a construção familiar, uma vez que a falta de administração dos bens pode ocasionar futuros endividamentos, vindo a comprometer os recursos financeiros (ROSSATO, BESKOW E PINTO, 2019).

Na pesquisa de Potrich, Vieira e Kirch (2016) foi analisada a influência do comportamento e das variáveis sociodemográficas em relação ao potencial de endividamento. Neste trabalho os autores retratam por exemplo, a questão de o gênero estar ligado a este fator, uma vez que segundo dados da pesquisa, as mulheres são apresentadas como as que menos planejam e controlam suas finanças.

3.2.2 Atitude e Comprometimento de Renda

Segundo Figueiras (2014), os brasileiros poupam pouco, e quando poupam não fazem uma boa aplicação de seus recursos. Este é um fato que está ligado a falta de conhecimento, pois muitos costumam aplicar o valor que sobra de sua renda, no próprio banco em que se recebe o salário. No entanto, como se sabe, o investimento em bancos por vezes é a opção que menos traz lucratividade, uma vez que pode ter taxas atreladas aos valores, os retornos são poucos e outras opções podem ser usadas.

No trabalho de Lucke *et al* (2014), foi apresentado que mais de 80% dos entrevistados aplicam seus recursos em cadernetas de poupanças, sendo ela a opção menos rentável. Os únicos que demonstraram investir recursos em fundos mais rentáveis e de maior risco como a bolsa de valores são os assalariados médios, que destinam entre R\$ 500,00 A R\$ 1.500,00 mensais.

3.3 Processo de Aposentadoria no Brasil

A preocupação com a aposentadoria tem sido cada vez mais evidente em nosso país. Devido às inúmeras mudanças nas leis que regem o processo de aposentadoria dos trabalhadores brasileiros, pessoas que estão próximas de deixar seus campos de trabalho buscam legalizar seus direitos para que se tenha uma velhice mais segura. Por outro lado, os trabalhadores que ainda passarão mais tempo em seus ofícios, também se preocupam com as mudanças nos planos de aposentadoria no futuro (BORSOI; PEREIRA, 2017).

Segundo Bressan *et al.* (2011), a aposentadoria compreende-se como parte de uma realidade profissional e laboral, que faz parte do processo de desenvolvimento de uma pessoa.

O tema em questão é motivo de discussão cotidiana para trabalhadores de modo geral, pois como se sabe, a realidade laboral de muitos, os faz pensar se o seu intenso desempenho, junto às metas de produtividade, são fatores que valem a pena quando se trata da saúde do indivíduo.

Quando se pensa no processo de aposentadoria bem programada, é avaliada a forma que se darão as expectativas sobre uma série de eventos no futuro, de forma que as decisões econômicas estejam aliadas nesse processo. Quando se faz o link entre finanças e aposentadoria, algumas literaturas trazem consigo uma percepção sobre como se deve proceder com as orientações básicas na tomada de decisões financeiras, pois muitos indivíduos ainda têm pouca orientação sobre isso (DELAVANDE; ROHWEDDER; WILLS, 2008). Quando se tem um planejamento e um conhecimento sobre a melhor forma de se vivenciar o processo da aposentadoria, a pessoa se torna financeiramente capaz de planejar sua poupança, modificar os planos conforme as circunstâncias mudam, busca instituições financeiras que façam uma boa rotatividade do dinheiro aplicado e faz um bom planejamento tributário (HELPPIE *et al.*, 2010).

O mercado de trabalho vem mudando ao longo dos últimos anos devido ao aumento no número de aposentados que contribui para a crise da Previdência Social, o que ocasiona na reconfiguração do perfil dos aposentados. Devido a essas inconstâncias, o trabalhador aposentado ainda é chamado para manter-se ativo dentro do mercado de trabalho (ARAÚJO, 2018). Segundo Silva *et al* (2019), o envelhecimento da população tem gerado algumas preocupações em relação à aposentadoria, por conta que, na maioria dos sistemas previdenciários, o benefício disponibilizado é pago através das pessoas que ainda se encontram ativas no mercado de trabalho, e a tendência é que essas pessoas se tornem numericamente abaixo da quantidade de pessoas aposentadas.

O planejamento para a aposentadoria é um ponto que está relacionado com o processo de educação financeira. Para que o indivíduo se prepare para a aposentadoria, é necessário que este esteja atento aos seus desejos, sonhos e escolhas futuras, pois todos esses pontos necessitam de escolhas financeiras. Por conta disso, é necessário que a população conheça as diversas opções financeiras para a aposentadoria, pois a partir desse conhecimento, as decisões serão tomadas de forma mais adequada, considerando o perfil socioeconômico de cada um (BACEN, 2013).

Dentro dessa tematica, o estudo de Pinheiro (2008) demonstra que a educação previdenciária é uma extensão da educação financeira, o que reforça a maior abordagem desse assunto, não só pela necessidade cultural, mas também pela complexidade dos termos. Segundo o autor, a população do Brasil precisa conhecer mais os processos previdenciários, pois desta forma, é possível que importantes mudanças no desenvolvimento socioeconômico do país

possam ser evidenciadas. A falta da educação previdenciária é um dos motivos que explica a pouca procura por poupanças em nosso país, ou seja, as pessoas não planejam sua vida enquanto aposentadas porque não possuem conhecimento específico sobre o assunto.

3.4 Previdência Social Brasileira

Segundo Santos (2019), a previdência social pode ser definida como uma espécie de seguro no qual as pessoas que contribuem com ele custeiam as pessoas que um dia contribuíram, mas que agora se encontram inativas no sistema. Garantida por lei, a previdência social é um direito social que busca atender às necessidades básicas da população, quando seus contribuintes não estão mais aptos a manter sua capacidade produtiva. Ela assegura ao trabalhador uma renda que o ajude a manter seu sustento e o de seus dependentes por conta da sua inatividade por motivos de doença, prisão, gravidez, acidente velhice ou morte (LEITE, 2016).

A Lei nº 8.213/1991 dispõe sobre os planos de benefícios da Previdência Social. No artigo primeiro, a Lei discorre sobre a finalidade da Previdência:

Art. 1º A Previdência Social, mediante contribuição, tem por fim assegurar aos seus beneficiários meios indispensáveis de manutenção, por motivo de incapacidade, desemprego involuntário, idade avançada, tempo de serviço, encargos familiares e prisão ou morte daqueles de quem dependiam economicamente (BRASIL, 1991, on-line).

Desde sua criação, a Previdência Social vem assegurando o sustento de muitas famílias brasileiras, onde muitas não podem mais exercer funções remuneradas que garantam seu sustento. Para que o sujeito consiga efetivar seu processo de aposentadoria, alguns pontos precisam estar acordados, como por exemplo, as condições de elegibilidade que estão regulamentadas nas normas que cobrem a aposentadoria, como a idade mínima, que por sua vez, possibilita até mesmo uma aposentadoria antecipada (RODRIGUES, 2008).

O Ministério da Previdência Social (MPAS) faz uma divisão dos benefícios de acordo com: aposentadoria por idade, por invalidez, por tempo de contribuição, especial, auxílio-doença, auxílio-acidente, auxílio-reclusão, pensão por morte, salário-maternidade e salário-família (SCHOSSLER, 2015).

É válido ressaltar que a previdência social é financiada pelos recursos obtidos através da folha de pagamento, tributos que são cobrados tanto para os empregados quanto para os empregadores, os repasses da União, as receitas advindas de transações patrimoniais, assim

como também, as receitas de aplicações financeiras. Em relação à cobertura, a previdência social remunera apenas com o valor integral dos rendimentos recebidos enquanto os trabalhadores de baixa renda estão na ativa (SCHOSSLER, 2015). Quando se trata da classe média, a remuneração disponibilizada pela previdência é menor que a remuneração que era recebida enquanto estava na ativa, ou seja, os trabalhadores que não fazem parte do grupo de “baixa renda”, não conseguem manter o nível de vida durante sua velhice apenas com a aposentadoria (COELHO; CAMARGO, 2012).

Em suma, a previdência social tem por objetivo promover o bem-estar social, garantindo os direitos dos cidadãos. Isso se faz através de programas de modernização, que buscam alternativas de melhoria, otimizando o resultado e melhorando o atendimento dos cidadãos, conforme é previsto em lei (BRASIL, 2017).

A previdência Social é composta por três regimes de contribuição, sendo eles: Regime Geral de Previdência Social (RGPS), Regime Próprio de Previdência Social (RPPS) e Regime de Previdência Complementar (RPC). Tanto o RGPS quanto o RPPS são de caráter contributivo e obrigatório, funciona como um seguro que é usado nas situações de risco social e benefícios programados de aposentadorias (além de pensões por morte aos dependentes do segurado). Nesses dois tipos de regime, os contribuintes fazem um depósito de seus recursos num fundo único e coletivo, onde é feita uma transferência de renda entre sujeitos da mesma geração, onde os trabalhadores ativos financiam os inativos, sistema este que é fundamentado no princípio do solidarismo (ROCHA, 2018).

No RGPS estão assistidos os trabalhadores do setor privado e empregados públicos, já o RPPS, segundo Kertzman e Martinez (2014), está voltado aos indivíduos identificados, selecionando apenas servidores públicos efetivos estatutários (servidores públicos titulares de cargos efetivos civis, militares).

Para Lima e Guimarães (2016), o Regime de Previdência Complementar é caracterizado como facultativo e autônomo em relação aos outros regimes, pois os fundos obtidos são garantidos através de contratos, onde na poupança do contribuinte é depositado um valor individual (regime de capitalização). Ainda dentro desse regime, são classificados dois grupos diferentes: Entidades Fechadas de Previdência Complementar (EFPC) e Entidades Abertas de Previdência Privada (EAPP). O que os difere é o tipo de contrato firmado entre a entidade de previdência e o contratante, que pode ser de natureza coletiva ou individual.

Ao longo dos anos a previdência social vem sofrendo algumas alterações, umas bem-vistas pela sociedade e outras nem tanto. O que ocorre é que nem todas as pessoas detêm de condição financeira para contribuir com os órgãos e obter a longo prazo sua aposentadoria.

Outra questão que se tem, é que existe uma parcela da população que faz uso de uma previdência complementar, no entanto, poucos são os que podem ter esse privilégio (BAKES, 2017). Devido a este fato, o sistema de seguridade social é importante para a população, visto que este é formado por políticas sociais de assistência social, saúde e previdência social, pois garante ao cidadão o amparo necessário em situações de desemprego, doença ou velhice. Anos atrás, surgiu um projeto de lei que visava a reforma da previdência, projeto esse que dividiu opinião em todo o país. A reforma da previdência visa alterar regras de idade mínima ou tempo de contribuição para que as pessoas possam se aposentar. Em resumo, o projeto visa aumentar 10 anos de contribuição de cada cidadão, seja ele homem ou mulher. O problema inicial para que essa proposta fosse pensada, foi o fato de que o dinheiro arrecadado não estava sendo suficiente para sustentar o número de aposentados que existe hoje no Brasil. Quando pensada há anos, a previdência social acreditava que a população ativa seria capaz de bancar a população aposentada, no entanto, isso não acontece (BAKES, 2017).

A reforma da previdência que foi mostrada na Proposta de Ementa à Constituição (PEC) n°. 287/2016, foi elaborada tendo em vista a redução da taxa de fecundidade e o aumento da expectativa de vida no país, variáveis estas que representam mudanças demográficas no Brasil. Devido a isso, a reforma foi passada com forma necessária para que houvesse controle do dinheiro, de forma que os aposentados não ficassem sem seu benefício, e que posteriormente os recursos necessários para pagamento dos previdenciários futuros pudessem ser mantidos sem que gerasse um caos nas contas públicas (SOUZA, 2018a). No atual governo Bolsonaro, no ano de 2019, foi reavaliada a PEC de 2016. A elaboração da PEC n°. 06/2019, segundo Oliveira (2019) foi justificada pelo déficit da Previdência Social, que seria o principal motivo pelos problemas econômicos do país e que houve mudança para beneficiar as contas públicas e não apenas aprimorar ou melhorar os direitos previdenciários.

Para Lobato *et al* (2019), este projeto de lei visa várias mudanças para o acesso a benefícios previdenciários, como a redução do valor de pensões e ampliação do tempo de contribuição e de idade. Porém, a PEC n°. 06/2019 também propõe mudança total da previdência que extingue o regime de repartição/solidário e cria um regime de capitalização, mostrando desta forma, o interesse do atual governo. Por conta disso, Oliveira (2019) fala que a PEC n°. 06/2019 evidencia a contramão da proteção social em que a previdência social está embasada, pois mostra uma essência financista e deixa de lado o seguro social. Devido a isso, muitos brasileiros têm buscado formas de ter estabilidade quando chegarem à aposentadoria. Para isso, buscam previdências privadas e alternativas para complementar o que virá pela previdência social.

3.5 Previdência Privada

A previdência privada é um tipo de previdência complementar que tem por objetivo complementar a renda do cidadão junto ao valor ofertado pela previdência pública/social. Este tipo de previdência surgiu a partir da necessidade que a população apresentou, mesmo contando com a renda da previdência social, visto que dependendo da classe social, o benefício ofertado pelo governo não atinge a expectativa do beneficiário, pois na maioria dos casos, o valor é inferior ao salário da ativa (CHEROBIM; ESPEJO, 2011). Os planos de aposentadoria trabalham na forma de um fundo em que recebe investimento por um tempo, até que a pessoa precise ter acesso a ele. Segundo Fortuna (2002), há duas opções de fundos: 1- Benefício definido: onde o participante determina o valor da futura renda mensal e faz o investimento necessário para que possa atingi-lo. 2- Contribuição definida: o valor do benefício dependerá do saldo ao final do prazo de contribuição que é definido pelo participante.

Pode-se definir então que, um plano de previdência privada é um planejamento a longo prazo para acúmulo de recursos financeiros, e tem por objetivo principal, ter um adicional de dinheiro quando o trabalhador se aposentar, mas também pode ser utilizado para acúmulo de recursos com outras finalidades (GONZAGA, 2012). A previdência privada ou complementar é dividida em: previdência privada fechada (fundo de pensão) e aberta (seguradoras e montepios) (FORTUNA, 2002).

3.5.1 Previdência Privada Fechada

Tipo de previdência privada do modelo empresarial, tem como destino os funcionários de empresas ou instituições que patrocinam planos de aposentadoria. Para Póvoas (2000), este sistema “engloba as organizações de empregadores, que por si só ou agrupados criam operadoras para proporcionarem, exclusivamente, aos respectivos empregados, planos de benefícios previdenciários”. As Entidades Fechadas de Previdência Privada (EFPP) são as representantes desse grupo, que podem ser chamadas também de Fundos de Pensão. Para a ABRAPP – Associação Brasileira das Entidades Fechadas de Previdência Privada, o fundo de pensão é “entidade de direito privado que tem por finalidade a escolha das oportunidades de mercado na aplicação das suas reservas”. Tem como órgão normativo o Conselho da Previdência Complementar e como órgão executivo a Secretaria de Previdência Complementar (SPC), ambos vinculados ao Ministério da Previdência Social.

3.5.2 Previdência Privada Aberta

A Previdência Privada Aberta é um tipo de modelo individual, destinada a qualquer pessoa que queira adquirir um plano de aposentadoria. Este sistema, de acordo com Póvoas (2000), tem como característica:

“englobar as operadoras, entidades associativas sem fins lucrativos e sociedades anônimas naturalmente com fins lucrativos, que instituem planos nos quais podem ser inscritas todas as pessoas que desejem, que tenham capacidade para contratar” (PÓVOAS, 2000, p. 120).

Segundo a ANAPP – Associação Nacional de Previdência Privada, o sistema de previdência privada aberta é formado por entidades classificadas em sem-fins lucrativos, organizadas na forma de sociedades civis e de sociedades anônimas. Tem como órgão normativo o Conselho Nacional de Seguros Privados e como órgão executivo a SUSEP, ambos vinculados ao Ministério da Fazenda. Os exemplos dos tipos de previdência fechada e aberta podem ser melhor analisados no Quadro 1.

Quadro 1- Quadro de informações breves de cada um dos planos de previdências.

Descrição	PGBL (Aberto)	VGBL (Aberto)	Fundo de Pensão (fechado)
O que é	Plano de previdência complementar aberto. Acumular recursos e receber renda a partir de data escolhida pelo participante.	Plano de previdência complementar aberto. Acumular recursos e receber renda a partir de data escolhida pelo participante.	Plano de previdência complementar fechado. Acumular recursos e receber renda a partir de idade estipulada pelo plano.
Para que serve	Para quem faz a declaração de ajuste anual completa e aproveita a dedução do imposto de renda.	Para quem faz a declaração de ajuste anual simplificada ou já atingiu o limite de dedução de 12% da renda bruta.	Para todos os funcionários das Patrocinadoras do Plano.
Para quem é mais indicado	Dedução das contribuições no imposto de renda (limitada a 12% da renda bruta anual).	Não permite dedução do imposto de renda.	Dedução das contribuições no imposto de renda (limitada a 12% da renda bruta anual).
Tratamento fiscal 1 (sobre contribuições)	Sobre o valor total, será aplicado regime progressivo ou regressivo de imposto de renda.	Sobre os rendimentos, será aplicado regime progressivo ou regressivo de imposto de renda.	Sobre o valor total, será aplicado regime progressivo ou regressivo de imposto de renda.
Tratamento fiscal 2 (sobre resgates e benefícios)	Não.	Não.	Sim.
Contribuições da empresa	Taxas de administração e de carregamento, em torno de 2,5% ao ano.	Taxas de administração e de carregamento, em torno de 2,5% ao ano.	Taxa de administração consolidada, em torno de 0,50% ao ano, deduzidas da cota do participante do plano.
Taxas de administração	Livre.	Livre.	Desligamento da empresa Patrocinadora do Plano.
Condições para resgate			

Fonte: Silva e Vieira (2021, p.188).

4. METODOLOGIA DA PESQUISA

4.1 Caracterização da Pesquisa

A pesquisa em questão é classificada como uma pesquisa de campo, que segundo GIL (2007) é caracterizada pela observação dos fatos da forma como ocorrem. Não permite isolar e nem controlar as variáveis existentes, mas usa da percepção e estuda as relações que se estabelecem.

Tendo uma abordagem quantitativa (levantamento) do tipo descritiva, este tipo de método é útil neste caso, pois analisa as investigações e descreve a relação entre grupo de pessoas envolvidas no objeto da pesquisa. Faz o uso de perguntas diretas aos envolvidos na pesquisa, fazendo o uso da quantificação na organização dos dados, para que posteriormente sejam feitas as interpretações das respostas (PRODANOV, 2013). A presente pesquisa buscou fazer um levantamento de dados a respeito do que o público alcançado pensa sobre o processo de aposentadoria. Dessa forma, quantificou os resultados a partir de tabelas e gráficos simples, consistindo a análise descritiva, a partir das distribuições de frequência e com a aplicação das medidas de tendência central.

Foi utilizado o método dedutivo e estatístico para analisar os dados. Segundo Aragão (2017) estes métodos são usados pois permitem fazer a observação de alguns fatos para se tirar a partir deles conclusões mais gerais, relacionando com as hipóteses da pesquisa. Junto a isso, o uso do método estatístico permite ao pesquisador uma obtenção de resultados mais complexos e exatos, a partir de amostragens e representações simples.

4.2 Universo, Amostragem e Amostra

O universo da pesquisa se trata de profissionais de organizações públicas e privadas, que responderam o questionário por acessibilidade, através da plataforma *Google Forms*. Buscou-se coletar o número máximo de respostas possíveis, para que assim, os resultados tivessem mais volume. Não se excluiu nenhuma resposta, visto que a pesquisa visa realmente alcançar todo tipo de público profissional.

O público alcançado foi de 44 pessoas. De forma geral, os participantes da pesquisa iam desde pessoas que trabalhavam em ambiente industrial, educacional, comercial, até pessoas que não estavam trabalhando no momento da análise dos dados. A pesquisa foi respondida por homens e mulheres, com idade variada, abordando diversos níveis de ensino. Como dito

anteriormente, nenhum participante foi excluído.

4.3 Instrumento de Coleta de Dados

O instrumento usado para a coleta de dados foi um questionário estruturado, contendo 24 perguntas, sendo 21 questões fechadas e apenas 3 abertas. Segundo Cervo e Bervian (2002, p. 48), o questionário “[...] refere-se a um meio de obter respostas às questões por uma fórmula que o próprio informante preenche”. O questionário pode conter perguntas abertas e/ou fechadas. As abertas possibilitam respostas mais explicativas e variadas e as fechadas maior facilidade na tabulação e análise dos dados (ARAGÃO, 2017).

O questionário foi dividido em 4 etapas, sendo elas:

- 1- Perfil socioeconômico;
- 2- Conhecimento financeiro;
- 3- Atitude e comportamento financeiro;
- 4- Aposentadoria.

Na etapa 1, foram feitas perguntas a respeito dos dados gerais e demográficos dos participantes (gênero, ano de nascimento, estado civil, grau de instrução etc.). Na etapa 2, as perguntas tinham foco na percepção que os participantes tinham sobre educação financeira e investimentos. Na parte 3, abordou-se a forma como eles planejam e manejam suas finanças. Já na parte 4, foram questionados sobre como pensam sobre o processo de aposentadoria e sobre a percepção sobre investimentos de longo prazo, com foco na aposentadoria, conforme é possível observar no Quadro 2.

Quadro 2 – Variáveis e Dimensões abordadas para o levantamento de dados da pesquisa.

Variáveis	Dimensões	Autores
Perfil Socioeconômico	- Gênero, ano de nascimento, estado civil, grau de instrução, dependentes financeiros, atividade profissional, segmento profissional e renda familiar.	- OECD (2013); - Lusardi e Mitchell (2007).
Conhecimento Financeiro	- Educação financeira, conhecimento de finanças pessoais, tipos de investimentos.	- Potrich, Vieira e Kirch (2016).
Atitude e comportamento financeiro	- Ferramentas de controle de gastos, faixa mensal de renda comprometida, hábito de poupar ou investir, questões sobre investimentos, tipos de	- Rossato, Beskow e Pinto (2019); - Lucke <i>et al</i> (2014); - Potrich, Vieira e Kirch (2016).

	aplicações.	
Aposentadoria	- Modalidades de aposentadoria, regimes de previdências.	- Borsoi e Pereira (2017); - Bressan (2011); - Araújo (2018); - Silva <i>et al</i> (2019).

Fonte: Elaboração própria (2021).

4.4 Perspectiva de Análise de Dados

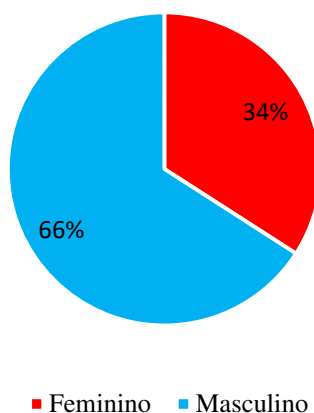
Os dados foram analisados a partir da observação dos figuras e tabelas confeccionados após o levantamento do que se pediu aos participantes. Utilizou-se das tabelas e figuras visto que esta é uma forma de montagem dos resultados que permite ao leitor uma rápida análise do conteúdo. Os obtidos serão comparados com resultados de outros trabalhos.

5. RESULTADOS E DISCUSSÃO

5.1 Perfil Socioeconômico

Inicialmente buscou-se identificar, bem como analisar o perfil socioeconômico dos participantes, por meio de informações quanto ao gênero, estado civil, dependentes, atividade profissional, grau de instrução e renda. Sabendo que o questionário apresenta uma breve explicação do que se trata antes de iniciar, e que o participante tem a opção de seguir adiante ou não, a pergunta sobre gênero tem a intenção de verificar se há uma ligação deste item com os aspectos financeiros discutidos no trabalho. A seguir, a Figura 1 apresenta os dados com relação ao gênero dos participantes.

Figura 1 – Gênero dos participantes da pesquisa



Fonte: Elaboração própria, 2021

Diante do exposto, é possível observar que a maior parte dos participantes são do gênero masculino com 66% de participação, consequentemente os demais entrevistados correspondem ao gênero feminino representando 34% das respostas. Observa-se também alterações quanto ao gênero dos participantes em pesquisas envolvendo assuntos financeiros, de modo que os resultados não apresentam unanimidade. Encontra-se na literatura estudos que pontuam o gênero masculino como o mais presente em pesquisa sobre finanças (BUCHER-KOENEN *et al.*, 2016; ZANOTELLI, 2021). No entanto, outros estudos indicam o crescimento e prevalência da participação feminina nesta temática (AMÂNCIO, 2020; SILVA, TEIXEIRA, BEIRUTH, 2017).

O questionamento seguinte refere-se a idade e quantidade de dependentes financeiros

dos participantes, como expõe a Tabela 1.

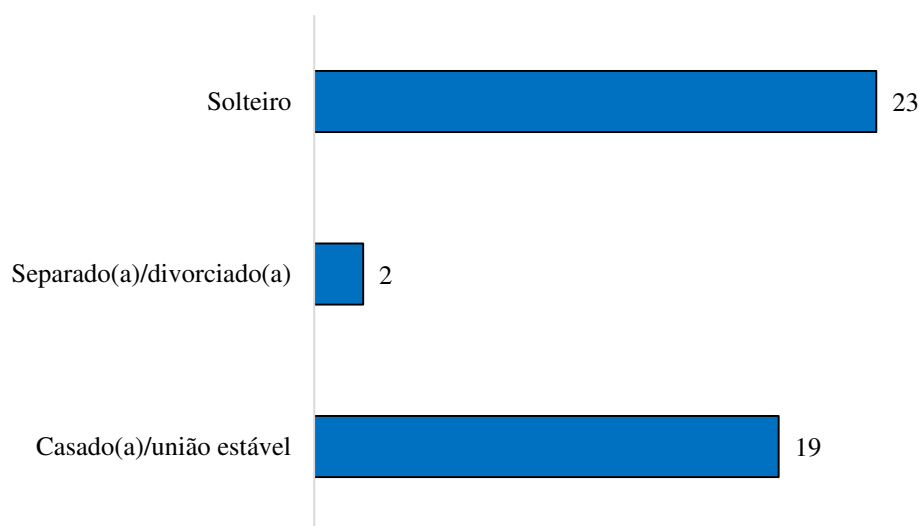
Tabela 1- Idade e quantidade de dependentes financeiros.

	Média	Mediana	Moda	Mínimo	Máximo
Idade	32	31	28	21	51
Dependentes Financeiros	1	0	0	0	7

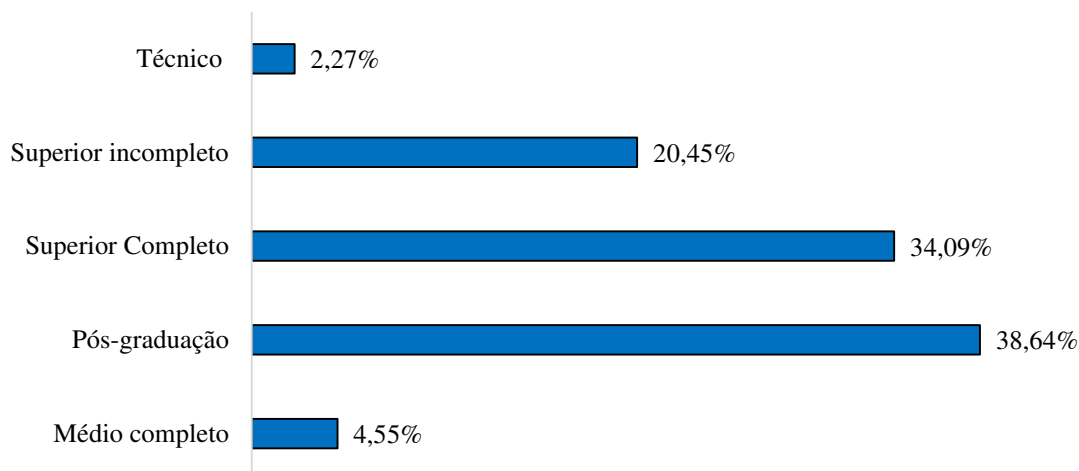
Fonte: Elaboração própria, 2021

Observa-se que a idade média é de 32 anos, a maior frequência é de pessoas com 28 anos de idade e faixa etária entre 21 e 51 anos. Com relação aos dependentes financeiros, nota-se a média de um dependente, com mínimo de nenhum dependente e máximo de sete dependentes. A frequência predominante na análise é de pessoas com nenhum dependente financeiro. Esses dados corroboram com o estudo de Potrich *et al.* (2014) que ao analisarem a educação financeira dos gaúchos, identificaram faixa etária similar relacionada com baixo ou nenhum número de dependentes, bem como que esse grupo de pessoas alcançaram maiores níveis sobre finanças do que pessoas com dependentes (como filhos, por exemplo). A frequência da idade e o número baixo de dependentes financeiros, podem estar atrelados às variáveis estado civil e grau de instrução. Portanto, as Figuras 2 e 3 apresentam informações quanto estas variáveis.

Figura 2 - Estado Civil



Fonte: Elaboração própria (2021)

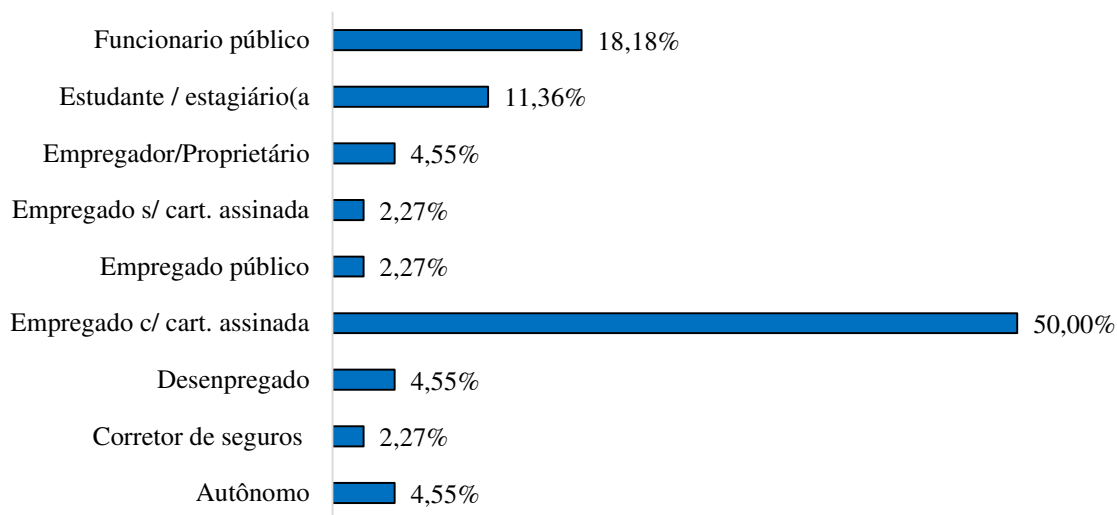
Figura 3 - Grau de instrução dos participantes

Fonte: Elaboração própria, 2021

Como foi denotado por Potrich *et al.* (2014), pessoas sem dependentes e em sua maioria solteiros possuem maiores conhecimentos a respeito de educação financeira, no entanto o estudo não identificou correlação entre o estado civil e o grau de instrução. No entanto neste estudo, ao analisarmos os gráficos, é possível denotar que cerca de 52% dos participantes são solteiros e 72% possuem grau de instrução superior (graduados e pós-graduados).

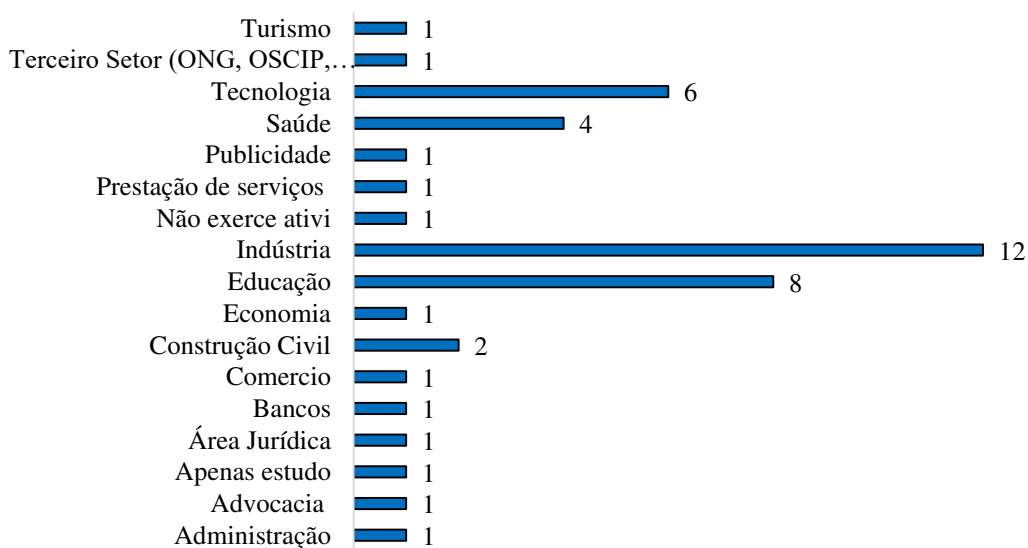
Em concordância com o estudo de Ferreira (2017) que analisou o nível de educação financeira e finanças pessoais dos alunos da Universidade Federal de Uberlândia (MG), observando a correlação entre idade, grau de instrução, renda e seus conhecimentos sobre educação financeira. Notou-se também que todos os participantes possuíam conhecimentos gerais sobre educação financeira, embora fosse um conhecimento reduzido, pois cerca de 52% indicaram a poupança como uma forma de investimentos, no entanto sabe-se que é a opção de menor retorno (FERREIRA, 2017).

Para contribuir na identificação do perfil socioeconômico dos participantes, eles foram questionados sobre atividade e segmento profissional, como também a renda pessoal de cada, como é possível analisar nas Figuras a seguir.

Figura 4- Atividade Profissional

Fonte: Elaboração própria, 2021

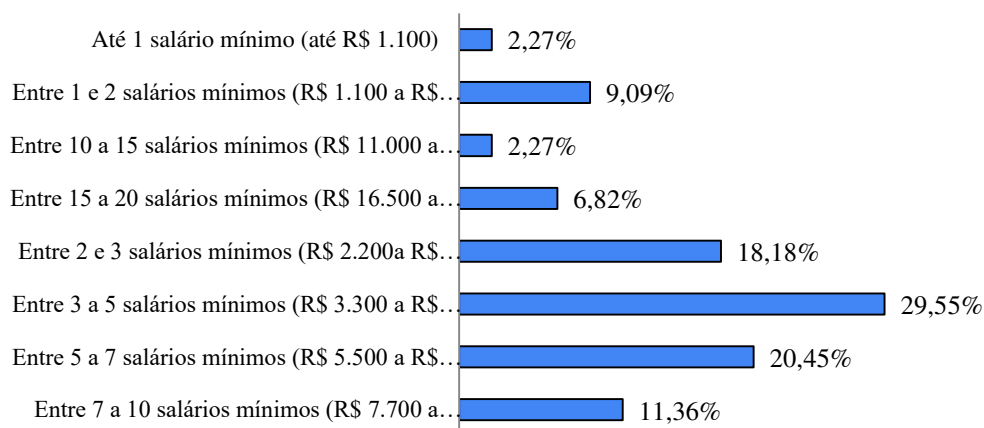
Sobre a atividade profissional, foi identificado que 50% dos entrevistados apresentam atividade remunerada com registro em carteira, somente 2,27% não possuem carteira de trabalho devidamente registrada, e apenas 4,55% encontravam-se desempregados no momento da pesquisa. Dentre os entrevistados 18,18% são funcionários públicos, 11,36% são estudantes ou estagiários, 4,55% são empregadores ou proprietários de empresas e 6,62% são autônomos (incluindo os corretores de seguro). A Figura 5 apresenta as informações a respeito do seguimento profissional dos participantes.

Figura 5 – Segmento profissional

Fonte: Elaboração própria (2021)

Com relação ao segmento profissional dos participantes, a Figura 5 apresenta a quantidade de pessoas em cada área profissional. Pode-se observar que dentre as 44 pessoas entrevistadas, a maioria exerce atividade remunerada na área industrial (12 pessoas), seguido pela área da educação (8 pessoas), tecnologia (6 pessoas) e saúde (4 pessoas), os demais entrevistados trabalham em áreas profissionais diversificadas. A Figura 6 apresenta as informações a respeito da renda média dos participantes.

Figura 6- Renda média dos participantes

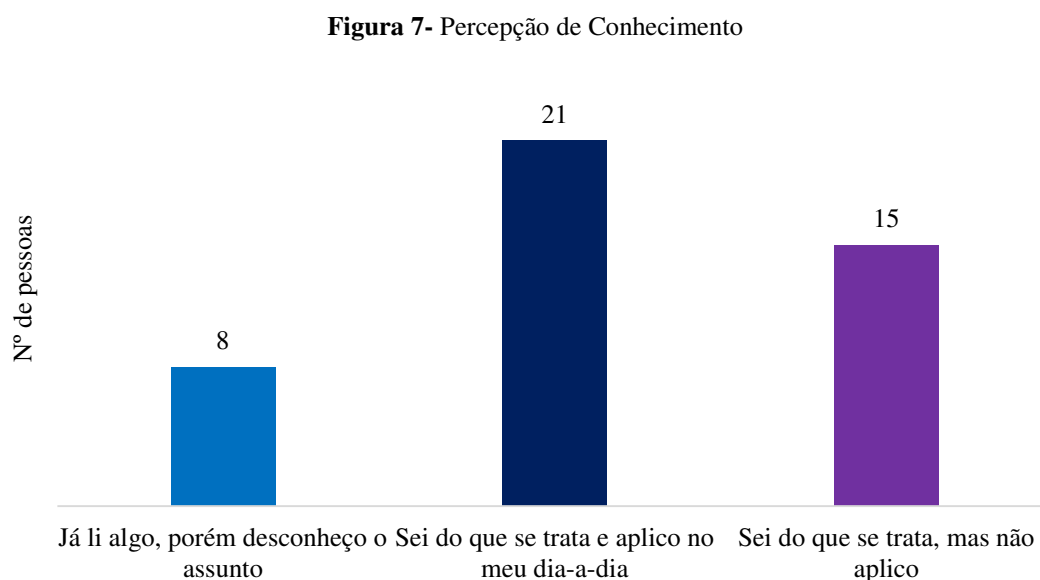


Fonte: Elaboração própria, 2021

Conforme mostra a Figura 6, a maioria dos entrevistados (29,55%) apresenta renda financeira média de 3 à 5 salários mínimos, 20,45% entre 5 e 7 salários mínimos, 18,18% entre 2 e 3 salários mínimos, 11,36% apresentam renda superior a 7 salários mínimos, 9,09% entre 1 e salários mínimos, 6,82% entre 15 e 20 salários mínimos e por fim dois grupos apresentam a mesma porcentagem de 2,27%, sendo de até 1 salário mínimo e o de 10 a 15 salários mínimos. É possível analisar com esses dados que média das rendas estão na faixa dos 2 até 10 salários mínimos. Essas variáveis são de extrema importância para pesquisa, uma vez que se trata de um itens fundamentais no planejamento financeiro do indivíduo e estão correlacionadas às outras variáveis presentes na identificação do perfil socioeconômico dos participantes. Uma vez tendo conhecimento do perfil dos participantes, é necessário identificar os conhecimentos sobre o financeiro destes.

5.2 Conhecimento Financeiro

Nesta etapa, a pesquisa visa encontrar o quão preparados e seguros os participantes se sentem com relação ao próprio conhecimento financeiro, de modo que direcione a tomada de decisões envolvendo suas questões financeiras. A Figura 7 apresenta informações a respeito da percepção de conhecimentos dos participantes.



Fonte: Elaboração própria (2021)

Em sua maioria, os participantes consideram que sabem do que se trata e aplicam em seu dia a dia, sendo estes 21 participantes da amostra, cerca de 48%. Seguidos de 15 que sabem do que se trata, mas não aplicam e 8 que já leram algo sobre o assunto, mas não aplicam. Esses dados estão concernência com os resultados encontrados por Vieira, Moreira Jr e Potrich (2020), ao analisarem as informações prestadas por participantes sobre educação financeira em diferentes níveis, parte expressiva dos participantes demonstraram ter o conhecimento, como também aplica-lo no seu cotidiano. Para Leal, Santos e Costa (2020) o que acontece também é que por vezes o real conhecimento financeiro do indivíduo está desconexo do que ele acredita saber, ou seja existe diferença entre percepção e conhecimento. Justificando assim a parcela de participantes que afirmam dizer do se trata a educação financeira, mas não aplicam.

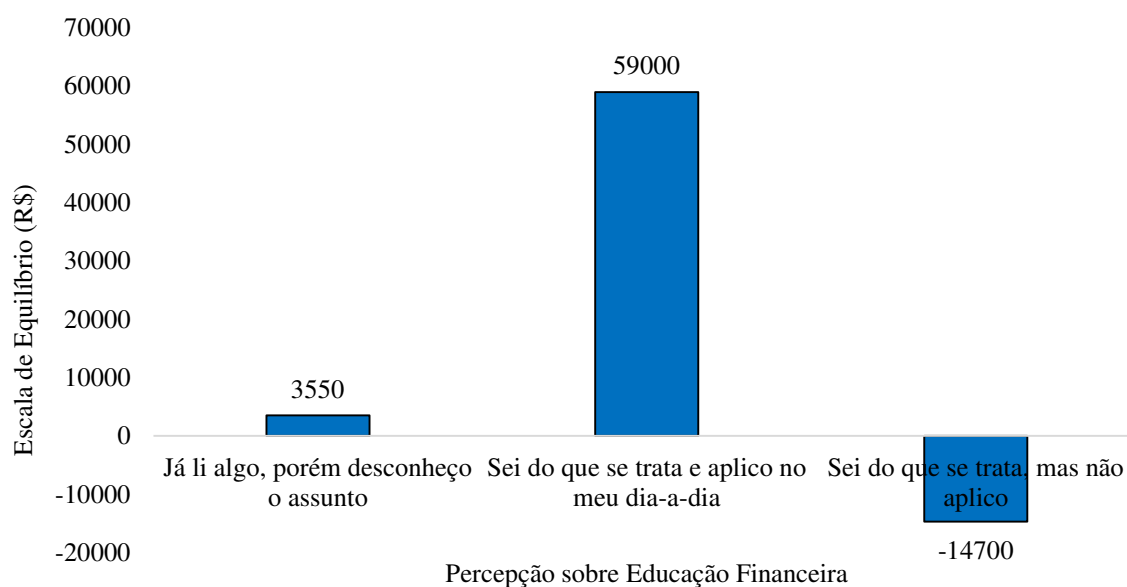
Alinhado a percepção do conhecimento, a variável equilíbrio se faz necessária, uma vez que surge através da diferença entre a relação renda média e média de gastos. A Tabela 2 apresenta os gastos calculados a partir dos dados obtidos nos questionários.

Tabela 2 – Gastos

	Média	Mediana	Moda	Mínimo	Máximo
Água	63	50	50	0	150
Energia Elétrica	145	150	150	0	400
Telefone/internet	85	50	50	0	250
Condomínio	128	25	0	0	1000
Funcionário(a) / Diarista	77	0	0	0	1000
Financiamento de imóvel	256	0	0	0	1000
Aluguel	216	0	0	0	1000
Alimentação (Padaria, feira, supermercado)	545	400	1000	50	1000
IPTU / ITR	103	50	0	0	400
Restaurantes / Bares / Lanchonetes	215	150	50	0	1000
Shows / Cinema / Teatro	77	50	50	0	400
Viagens de lazer	232	100	0	0	1000
Hospedagem (Hotel/Resort/Flat/Pousada)	166	50	0	0	1000
Clubes e materiais esportivos	45	0	0	0	750
Festas / Presentes	97	50	50	0	750
Escola	70	0	0	0	1000
Faculdade/Universidade	66	0	0	0	750
Cursos de capacitação	85	0	0	0	1000
Cursos de idiomas	81	0	0	0	1000
Livros e materiais escolares	99	50	0	0	750
Financiamento de veículo	218	0	0	0	1000
Manutenção de veículo	160	50	0	0	750
Combustível	294	250	0	0	1000
IPVA	235	50	0	0	1000
UBERTáxi	77	50	50	0	750
Estacionamento	26	0	0	0	150
Seguro	118	0	0	0	1000
Transporte coletivo	34	0	0	0	250
Plano de saúde	172	50	0	0	750
Farmácia	116	50	50	0	400
Academia/Pilates/Fisioterapia	61	0	0	0	400
Médicos (Consultas/Procedimentos/Exame)	82	0	0	0	750
Aquisição de bens permanentes	83	50	0	0	750
Doações	75	50	0	0	1000
Vestuários e acessórios	99	50	50	0	400
Produtos de higiene e beleza	107	50	50	0	400
Compras (produtos e serviços não citados)	102	50	150	0	400

Fonte: Elaboração própria (2021)

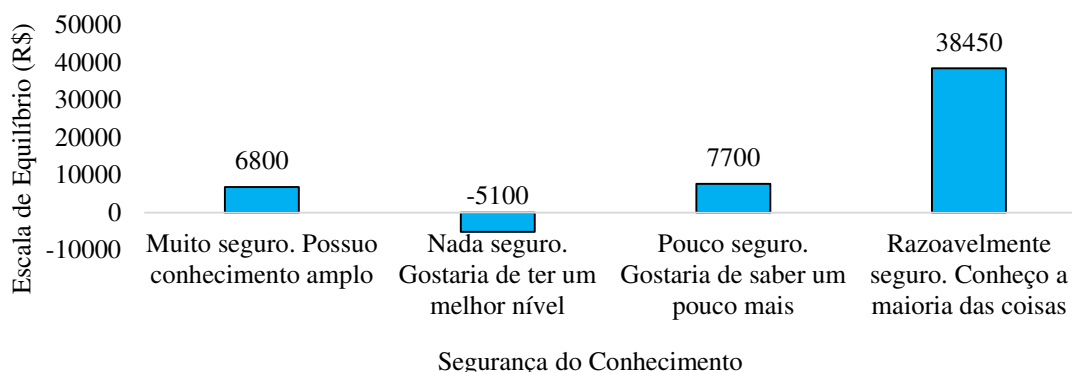
Foi calculada a média entre as rendas apresentadas pelos 44 entrevistados e subtraído o valor da média de todos os gastos apresentados por eles. A variável equilíbrio encontrada foi de 1087,5 reais, logo é possível observar o quão os participantes estão equilibrados em sua vida financeira e se realmente a educação financeira influencia diretamente no equilíbrio. A Figura 8 apresenta o resultado da comparação entre equilíbrio e percepção de conhecimento financeiro.

Figura 8- Equilíbrio e Percepção de Conhecimento Financeiro

Fonte: Elaboração própria (2021)

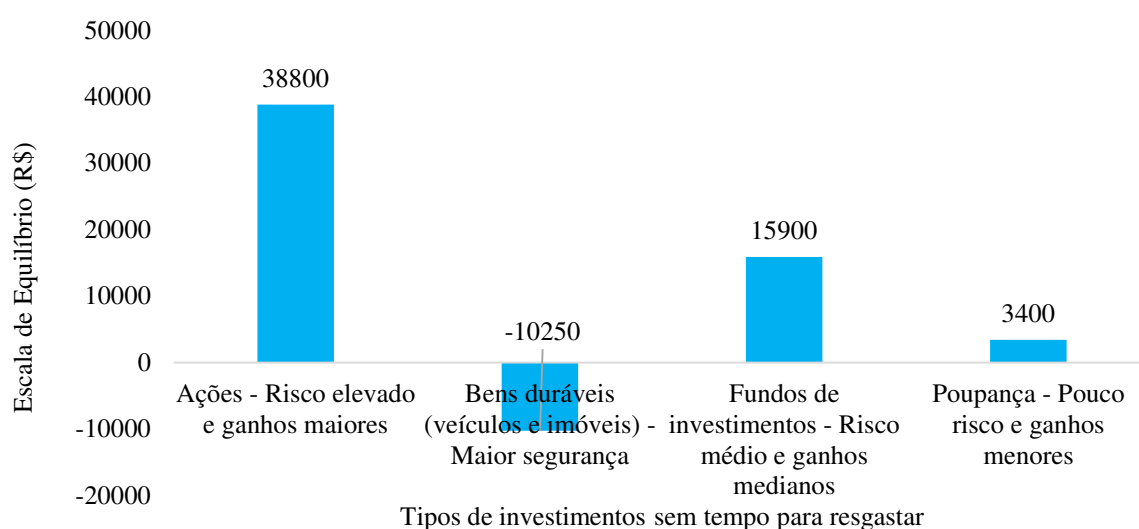
Ao analisar os dados, percebe-se que as pessoas sabem do que se trata a educação financeira e aplicam, possuem um equilíbrio maior do que aqueles que não sabem e não aplicam. Importante observar que o desequilíbrio maior parte das pessoas que sabem do que se tratam mas não aplicam, diferente das que desconhecem o assunto, pois mesmo sem conhecer e sem aplicar ainda apresentam um equilíbrio financeiro positivo.

Espera-se que as pessoas com maior conhecimento sobre educação financeira apresentem um equilíbrio financeiro positivo, haja vista que a educação financeira trata-se de um processo de aprendizagem vinculado as finanças pessoais que busca o conhecimento crítico sobre como utilizar dinheiro (CORDEIRO; COSTA; SILVA, 2018). Ou seja, esses dados demonstram o quão necessário é que a sociedade contemporânea compreenda os métodos e ideias do sistema financeiro para que tomem decisões mais assertivas e seguras diante de diversas situações. Portanto, buscou-se identificar o quão seguros os participantes se sentiam sobre suas finanças. A Figura 9 apresenta os dados obtidos sobre equilíbrio e segurança do conhecimento.

Figura 9- Equilíbrio e Segurança do Conhecimento

Fonte: Elaboração própria (2021)

Com relação entre a segurança do conhecimento e o equilíbrio financeiro, observa-se que as pessoas com um equilíbrio maior são aquelas que se sentem razoavelmente seguras de seus conhecimentos. De acordo com Fischhoff, Slovic e Lichtenstein (1997) o modo como as decisões financeiras são tomadas gera consequência no processo, o que leva as pessoas à acreditarem que sabem mais do que de fato sabem, chegando ao ponto do excesso de confiança. O que foi claramente identificado neste estudo, pois é possível denotar que o equilíbrio das pessoas totalmente seguras se mostra menor do que as pessoas pouco seguras. Bem como, os participantes que se consideram nada seguros, possuem um equilíbrio negativo em suas questões financeiras pessoais. Buscou-se maiores informações a respeito do equilíbrio e os tipos de investimentos, como denota a Figura 10.

Figura 10- Equilíbrio e Tipos de investimentos

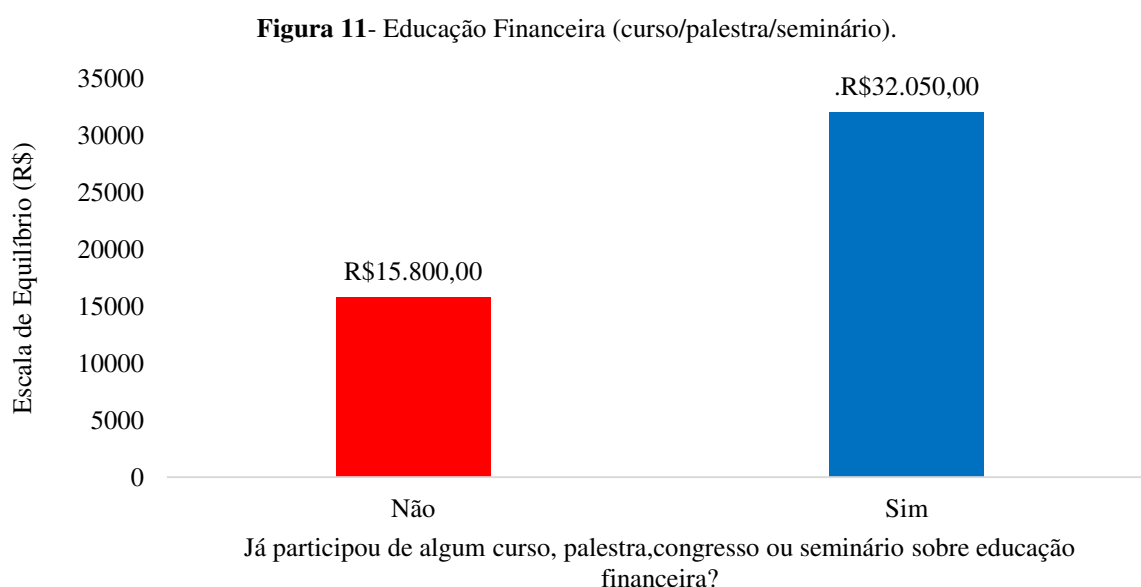
Fonte: Elaboração própria (2021)

Ao tratar-se da relação entre os tipos de investimento e o equilíbrio financeiro, observa-

se que as pessoas com um equilíbrio maior são aquelas que fazem investimentos em ações de riscos elevados, enquanto pessoas que possuem um equilíbrio menor preferem investir seu dinheiro em bens duráveis o que promove mais segurança. Ou seja, percebe-se que o equilíbrio está inversamente proporcional ao nível de segurança dos tipos de investimento. Este dado pode estar relacionado com o próprio conceito de Educação Financeira:

é o processo mediante o qual os indivíduos e as sociedades melhoram a sua compreensão em relação aos conceitos e produtos financeiros, de maneira que, com informação, formação e orientação, possam desenvolver os valores e as competências necessários para se tornarem mais conscientes das oportunidades e riscos neles envolvidos e, então, poderem fazer escolhas bem informadas, saber onde procurar ajuda e adotar outras ações que melhorem o seu bem-estar. Assim, podem contribuir de modo mais consistente para a formação de indivíduos e sociedades responsáveis, comprometidos com o futuro (OCDE, 2005, on-line).

Portanto, o indivíduo que possui conhecimentos sobre suas finanças irá se sentir mais seguro para escolher os métodos de investimentos, pois terá informações sobre retornos, riscos, entre outros. De modo geral, ao analisar os dados expostos sobre conhecimento financeiro até este momento, é possível observar a ligação direta de diversos fatores com a Educação Financeira, portanto os participantes foram questionados quanto seus conhecimentos sobre o tema. A Figura 11 apresenta os dados sobre a relação equilíbrio e participação em algum evento financeiro.

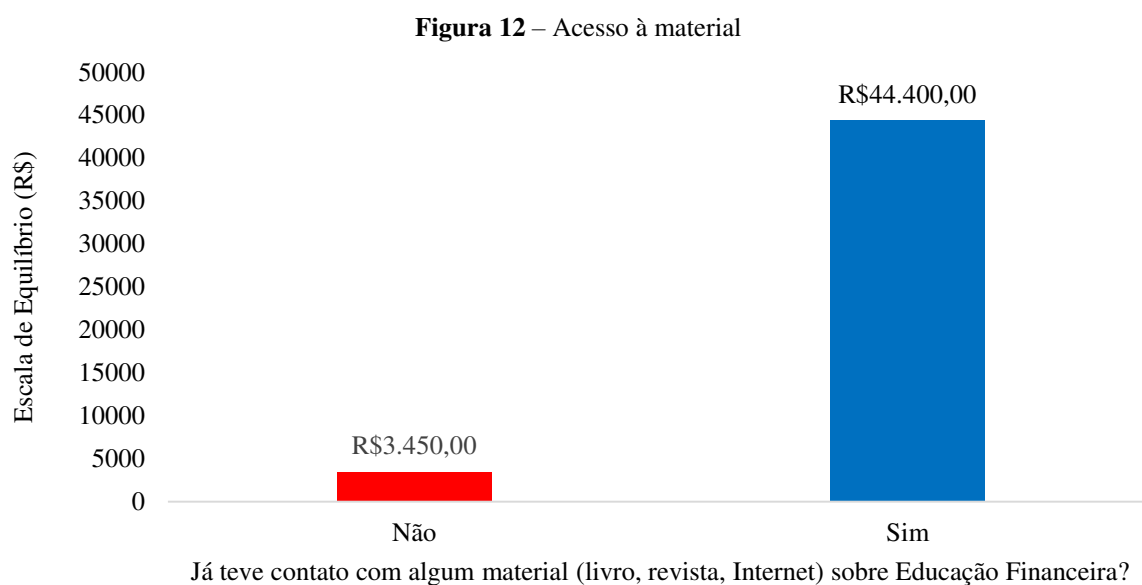


Fonte: Elaboração própria (2021)

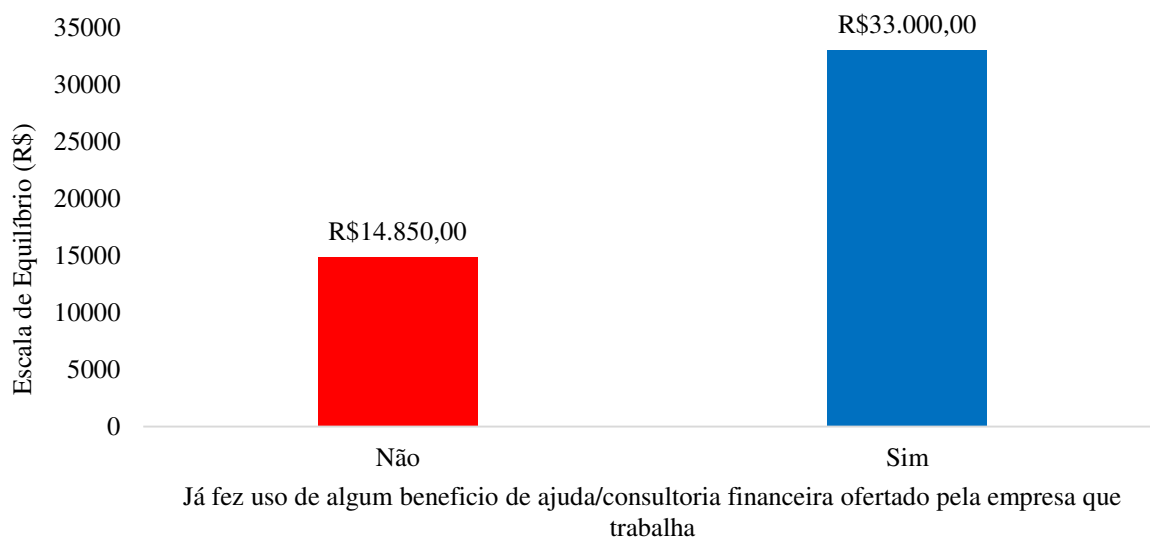
Quando questionados sobre a participação em algum evento sobre finanças, seja ele,

curso, palestra, congresso ou seminário, a resposta dos entrevistados foi 50% sim e 50% não. No entanto, mesmo sendo uma resposta igualmente dividida em termos de porcentagem, quando se estabelece uma relação com o equilíbrio, pode-se observar que o equilíbrio maior se dá aos entrevistados que disseram sim à pergunta. De acordo com Cordeiro, Costa e Silva (2018), a educação financeira trata-se de um tema recente na educação brasileira, pois apenas em 2010 que seu contexto foi aplicado no âmbito escolar, buscando a compreensão sobre as atividades financeiras, uma vez que estão intrinsecamente presentes no cotidiano de todos. Ao julgar pela média de idade identificada nesse estudo, nenhum dos participantes teve acesso a esses conhecimentos ainda no período escolar, o que pode-se considerar que depois desse período é que buscaram por informações sobre educação financeira por conta própria. Alguns indivíduos passam a ter conhecimento sobre educação financeira na prática, como por exemplo, estudantes de graduação que não moram na cidades que estudam, naturalmente será exigido que saiba lidar com gastos como moradia, água, luz, entre outros.

As Figuras 12 e 13 apresentam dados sobre a relação equilíbrio e o fator conhecimento financeiro, desta vez referente ao acesso do participante a algum material sobre o assunto.



Fonte: Elaboração própria (2021)

Figura 13 – Ajuda financeira na empresa

Fonte: Elaboração própria (2021)

Dentre o total de 44 pessoas, 27% responderam que não tiveram contato com nenhum material e 73 % disseram que já tiveram algum contato, logo percebe-se que o equilíbrio se mantém maior nos participantes que tiveram uma resposta positiva à questão. Quanto ao questionamento sobre a relação entre o equilíbrio e o conhecimento do participante acerca de finanças, quando questionados se o participante já teve alguma ajuda ou consultoria financeira na empresa em que atua, 29 responderam que não tiveram ajuda e 15 que sim, tiveram algum tipo de ajuda de suas respectivas empresas. Porém, nota-se que mesmo a maioria respondendo não ao questionário, o equilíbrio maior se encontra na faixa de pessoas que tiveram uma resposta positiva à questão. Buscou-se então analisar a atitude e o comportamento financeiro dos participantes, para compreender a percepção dos participantes em torno de assuntos financeiros pessoais presentes em seu cotidiano.

5.2.1 Atitude e Comportamento Financeiro

A Tabela 3 se refere ao comportamento de cada um sobre questões financeiras presentes no cotidiano, envolvendo planejamento de gastos, metas financeiras, investimento, entre outros.

Tabela 3 – Atitude financeira

Atitude	Média	Mediana	Moda	Mínimo	Máximo
A10. É importante estabelecer metas financeiras	4	5	5	1	5
A9. Comparo preços ao fazer uma compra	4	4	5	1	5
A6. Sempre pago o(s) meu(s) cartão(ões) de crédito na data de vencimento	4	5	5	1	5
A13. Ao comprar a prazo, comparo as opções de crédito disponíveis	4	4	5	1	5
A14. Consigo identificar os custos que pago ao financiar um bem ou serviço]	4	4	3	1	5
A11. Sigo um plano de gastos semanal ou mensal	3	4	5	1	5
A8. Prefiro juntar dinheiro para comprar um produto à vista	3	4	4	1	5
A1. Tenho renda mensal suficiente para quitar obrigações e deixar reservas financeiras	3	4	4	1	5
A12. Poupo para comprar um produto mais caro	3	3	3	1	5
A4. Passarei a fazer planejamento financeiro quando acumular mais patrimônio	3	3	1	1	5
A2. Tenho renda mensal suficiente apenas para quitar compromissos financeiros	3	3	4	1	5
A7. Prefiro comprar um produto financiado para tê-lo de imediato	2	2	1	1	5
A3. Minha renda é insuficiente para quitar obrigações e preciso recorrer ao crédito]	2	1	1	1	4
A5. Não acho necessário planejar gastos	1	1	1	1	5

Fonte: Elaboração própria (2021)

Os dados obtidos foram analisados através de estatística descritiva. Apresentou-se 14 afirmações aos participantes, para que pudessem expressar o quanto concordam ou não concordam com cada item, em escala de 1 à 5, onde o 5 representa “concordo totalmente” e o 1 “discordo totalmente”. Fazendo uso da métrica média, até então mais usada para interpretação e descrição dos dados, observa-se que existe uma predominância em respostas apontadas na escala como indiferente (3), seguidas de respostas apontadas como concordo (4) na escala. Isto pode apresentar que as pessoas ainda não conseguem ter uma percepção clara sobre suas atitudes mediante questões financeiras do dia a dia. Essa diferença trata-se da diferença entre o saber o teórico e a aplicação na prática, pois mesmo tendo o conhecimento se faz necessário tempo para que essas informações se transformem em bons hábitos (SOUZA *et al.*, 2018).

Quando questionados sobre as ferramentas de controle financeiro utilizadas, os participantes foram apresentados a cinco possíveis opções, em que responderam sobre a utilização de cada uma delas com uma escala de 1 a 5. Sendo que 1 representa que o participante “nunca utiliza” e 5 “sempre utiliza”. Nota-se que a maioria das médias se concentra em opções dadas pela instituição financeira do participante e que em sequência existe uma opção 3, representada pelo termo “às vezes” sobre a utilização de ferramentas que dependem da ação, comprometimento e disciplina direto do indivíduo, para que estas ferramentas possam ser preenchidas e apresentem totalidade de informações de modo que tenham um funcionamento eficientemente.

A Tabela 4 apresenta o interesse em descobrir o quanto da renda mensal de cada participante está comprometido com diferentes meios de pagamento apresentados.

Tabela 4 – Controle financeiro

Métodos de controle	Média	Mediana	Moda	Mínimo	Máximo
<i>Fatura do cartão de crédito</i>	4	4	5	1	5
<i>Extrato bancário</i>	4	3	3	2	5
<i>Planilhas eletrônicas</i>	3	4	5	1	5
<i>Aplicativos</i>	3	3	1	1	5
<i>Caderno de anotações</i>	3	3	1	1	5

Fonte: Elaboração própria (2021)

Enquanto a Tabela 5 a forma de pagamento mais utilizada pelos participantes.

Tabela 5 – Formas de pagamento

Meios de pagamento	Média	Mediana	Moda	Mínimo	Máximo
<i>Cartão de crédito (Juros)</i>	160	0	0	0	1000
<i>Cheque especial</i>	107	0	0	0	1000
<i>Empréstimos (crédito pessoal)</i>	132	0	0	0	1000
<i>Empréstimos consignados</i>	152	0	0	0	1000
<i>Cartão de crédito (Fatura)</i>	601	750	1000	0	1000
<i>Carnê / Crediário</i>	38	0	0	0	750
<i>Cheque</i>	52	0	0	0	1000
<i>Dinheiro (pagamentos à vista)</i>	233	150	0	0	1000
<i>Cartão de débito</i>	292	150	0	0	1000

Fonte: Elaboração própria (2021)

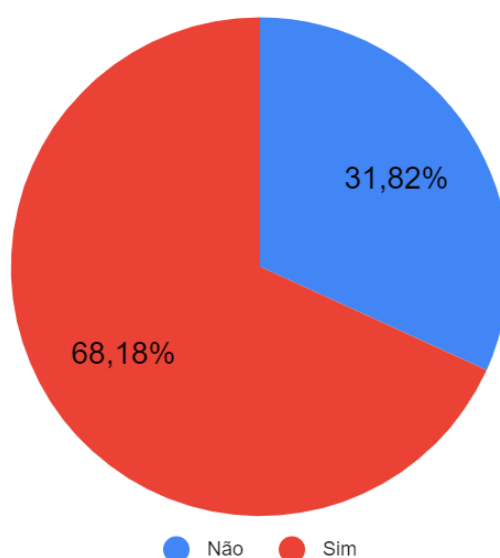
Percebe-se que a média maior é referente à utilização de cartão de crédito, em específico ao pagamento da fatura. Tal dado se relaciona com a pergunta anterior, quando é possível observar que grande parte das pessoas fazem uso da fatura do cartão de crédito para controle financeiro. As pessoas permanecem ligadas às instituições financeiras como se estas fossem as principais responsáveis por esse acompanhamento, isto porque, a função crédito trata-se de uma maneira de manipular o tempo para cumprir vontades ou necessidades imediatas (BACEN, 2013).

De acordo com Confederação Nacional de Dirigentes Lojistas (CNDL) e pelo Serviço de Proteção ao Crédito (SPC Brasil) os métodos de pagamentos que estão na preferência dos brasileiros são: dinheiro (71%), PIX (70%), cartão de débito (66%) e cartão de crédito (57%) (PEREGRINO, 2021). Apesar dos pagamentos digitais, como por exemplo, PIX terem

conquistado espaço, principalmente durante este período pandêmico, a função ainda continua em alta e presente na vida de mais de 50% dos brasileiros. Carece de atenção o preço dessa manipulação pela função crédito, pois deve-se ser utilizada com cuidado, haja visto que se o indivíduo perder o controle, esta função pode se transformar em grande déficit no orçamento pessoal (SOUZA *et al.*, 2018).

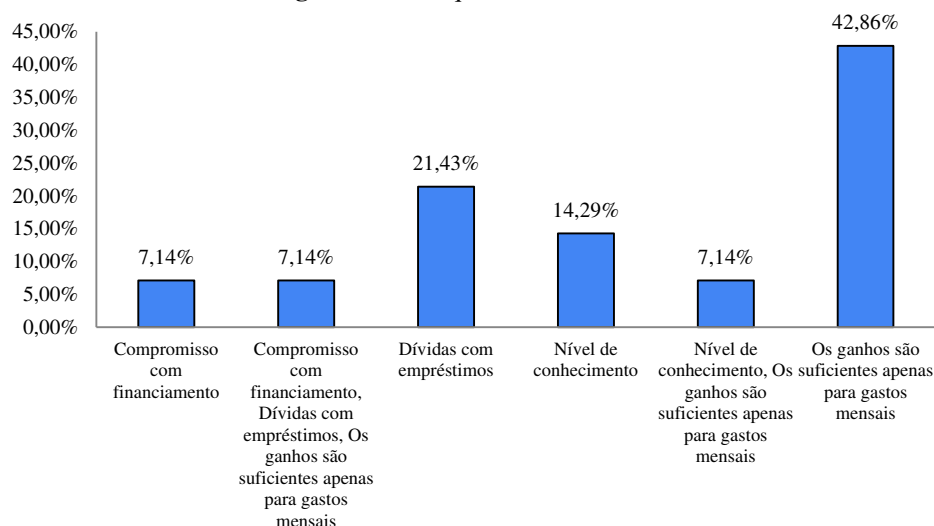
Continuando o interesse sobre os aspectos comportamentais dos entrevistados, a Figura 14 foi questionado se estes possuem o hábito de poupar e investir seu dinheiro.

Figura 14 – Hábito de Poupar e Investir



Fonte: Elaboração própria (2021)

Constatou-se que 68,18% dos entrevistados possuem o hábito de investir, enquanto 31,82% não pouparam ou não investem parte de seus rendimentos. Para as pessoas que disseram não investir parte de seus rendimentos, foi questionado o motivo pelo qual elas não realizam esta prática, apresentados pela Figura 15.

Figura 15 - Por que não investem

Fonte: Elaboração própria (2021)

Dentre as opções apresentadas, destaca-se o fato dos ganhos serem suficiente apenas para cobrir os gastos pessoais durante o mês, seguido de pessoas que estão vinculadas a algum empréstimo e o nível de conhecimento que ocupa a terceira posição dentre os principais motivos de não investir. Na Tabela 6 pode-se observar a relação entre o equilíbrio e o motivo que os entrevistados apresentaram para não investir.

Tabela 6– Equilíbrio e Não Investimento

Motivo de não investir	Equilíbrio
Nível de conhecimento	3450,0
Dívidas com empréstimos	533,3
Os ganhos são suficientes apenas para gastos mensais	-275,0
Nível de conhecimento, Os ganhos são suficientes apenas para gastos mensais	-600,0
Compromisso com financiamento	-4200,0
Compromisso com financiamento, Dívidas com empréstimos, Os ganhos são suficientes apenas para gastos mensais	-4400,0

Fonte: Elaboração própria (2021)

O desequilíbrio maior se concentra no grupo de pessoas que possui compromisso com financiamento, dívidas com empréstimo e que não possuem um rendimento que sobreponha seus gastos mensais. Em seguida, o grupo de pessoas que possui compromisso apenas com financiamento. Ou seja, as pessoas que somam impedimentos possuem um desequilíbrio maior do que pessoas que não investem apenas por uma única razão.

Para Reis (2018) é comum que as pessoas quando pensem em investir ou economizar afirmem que necessitam de um salário maior, independente da fonte de renda, no entanto elas

frequentemente não refletem sobre seus gastos e como poderiam gastar melhor o que recebem. Afinal, “o autoconhecimento financeiro inicia com a conscientização que é preciso um tempo dedicado para autoconhecimento, isto é, identificar o que gosta e o que não gosta, planos, prioridades e objetivos, seja na vida pessoal ou profissional” (REIS, 2018, p. 17). Similar aos estudos de Ferreira (2017) em que 80% dos entrevistados afirmaram não investirem por não terem dinheiro existente para tal, seguido de desconhecimento de onde investir (27%) e possibilidade de precisar de dinheiro a qualquer momento (16%). A elaboração de um orçamento doméstico talvez seja uma opção mais adequada para esses participantes, uma vez que o orçamento pode ser considerado como a primeira etapa primeiro para a conquista de uma vida financeira com estabilidade, pois é possível identificar os gastos supérfluos (REIS, 2018).

As pessoas que responderam positivamente à pergunta sobre poupar e investir, foram direcionadas a outro questionamento sobre possíveis opções de investimento como apresenta a Tabela 7.

Tabela 7 – Tipos de aplicações

Aplicações	Frequência	Percentual
Caderneta de poupança	13	34,21%
Ações, Certificado de Depósito Bancário (CDB), Fundos Imobiliários, Títulos Públicos	3	7,89%
Caderneta de poupança, Fundo de Previdência	3	7,89%
Fundo de Renda Fixa	3	7,89%
Ações	2	5,26%
Ações, Certificado de Depósito Bancário (CDB), Debêntures, Fundo de Ações, Fundos Imobiliários, Fundo de Previdência, Fundo de Renda Fixa, Títulos Públicos	2	5,26%
Ações, Certificado de Depósito Bancário (CDB), Fundo de Renda Fixa	2	5,26%
Caderneta de poupança, Fundo de Renda Fixa	2	5,26%
Ações, Caderneta de poupança, Fundos Imobiliários, Fundo de Previdência	1	2,63%
Ações, Fundos Imobiliários, Cripto	1	2,63%
Ações, Fundos Imobiliários, Fundo de Previdência, Títulos Públicos	1	2,63%
Caderneta de poupança, Certificado de Depósito Bancário (CDB), Fundo de Previdência	1	2,63%
Certificado de Depósito Bancário (CDB)	1	2,63%
Certificado de Depósito Bancário (CDB), CDI	1	2,63%
Certificado de Depósito Bancário (CDB), Fundo de Previdência	1	2,63%
Letra de Crédito do Agronegócio - LCA, Letra de Crédito Imobiliário - LCI, Títulos Públicos	1	2,63%
Total	38	100%

Fonte: Elaboração própria (2021)

Existe uma predominância da utilização da caderneta de poupança, porém pode-se observar a existência da utilização de uma variedade de investimentos entre as pessoas entrevistadas, o que indica uma tendência à diversificação de carteira de investimentos, pois as aplicações receberam frequência.

Conforme Sá e Souza (2018), embora a caderneta de poupança seja uma das opções mais procuradas por brasileiros para investir, é necessário levantar diversos questionamentos sobre sua rentabilidade e segurança. Uma das razões encontradas pelas autoras que pode explicar a alta taxa de preferência pela caderneta de poupança é sua acessibilidade (SÁ; SOUZA, 2018). Apesar de baixa rentabilidade, é uma opção para quem deseja constituir dinheiro reserva para emergências, indo de encontro os resultados aqui expostos.

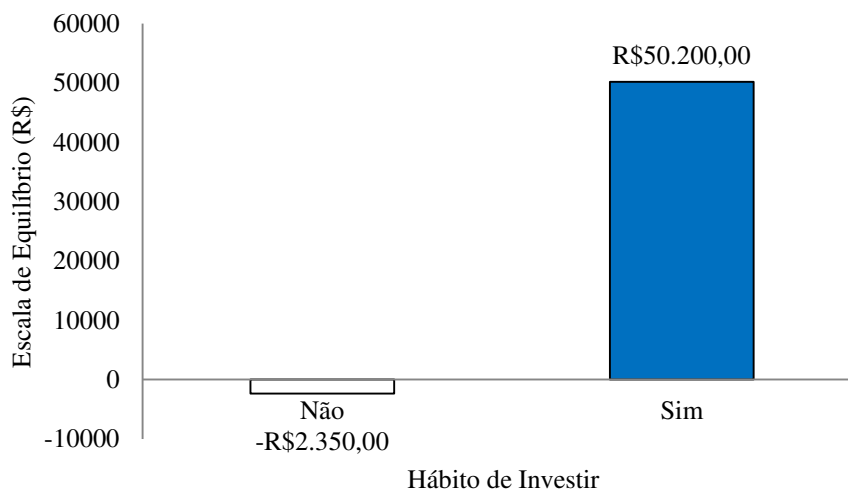
Fazendo uso das mesmas opções de investimentos e relacionando-as com o equilíbrio a Tabela 8 demonstra os resultados obtidos.

Tabela 8 – Aplicações e Equilíbrio	
Aplicações	Equilíbrio
Ações, Caderneta de poupança, Fundos Imobiliários, Fundo de Previdência	R\$ 7.900,00
Ações, Certificado de Depósito Bancário (CDB), Fundos Imobiliários, Títulos Públicos	R\$ 4.816,67
Caderneta de poupança, Fundo de Renda Fixa	R\$ 4.700,00
Ações, Fundos Imobiliários, Cripto	R\$ 4.100,00
Ações, Certificado de Depósito Bancário (CDB), Debêntures, Fundo de Ações, Fundos Imobiliários, Fundo de Previdência, Fundo de Renda Fixa, Títulos Públicos	R\$ 2.475,00
Ações, Certificado de Depósito Bancário (CDB), Fundo de Renda Fixa	R\$ 2.475,00
Caderneta de poupança, Certificado de Depósito Bancário (CDB), Fundo de Previdência	R\$ 2.150,00
Caderneta de poupança	R\$ 630,77
Ações, Fundos Imobiliários, Fundo de Previdência, Títulos Públicos	R\$ 500,00
Caderneta de poupança, Fundo de Previdência	R\$ 100,00
Certificado de Depósito Bancário (CDB), CDI	R\$ 100,00
Certificado de Depósito Bancário (CDB), Fundo de Previdência	-R\$ 450,00
Ações	-R\$ 675,00
Certificado de Depósito Bancário (CDB)	-R\$ 1.500,00
Fundo de Renda Fixa	-R\$ 1.833,33
Letra de Crédito do Agronegócio - LCA, Letra de Crédito Imobiliário - LCI, Títulos Públicos	-R\$ 2.700,00

Fonte: Elaboração própria (2021)

Observa-se que indivíduos que possuem investimentos em ações, fundos imobiliários e previdência privada possuem um equilíbrio maior em relação àqueles que possuem apenas um tipo de investimento ou que investem em opções com rentabilidade menor, estes apresentam um baixo equilíbrio chegando a casos de equilíbrio negativo. Deve-se considerar que ações e fundos imobiliários são opções mais lucrativas (RAMBO, 2014). Os fundos imobiliários aproximam o pequeno investidor da possibilidade de várias opções em seu portfólio de investimentos no mercado imobiliário (JESUS, 2017). Segundo a BOVESPA (2016), o fundo de investimento imobiliário trata-se de recursos para aplicar em ativos diretamente conectados ao mercado imobiliário.

A Figura 16 retoma o questionamento sobre o hábito de poupar e investir, desta vez relacionado ao equilíbrio.

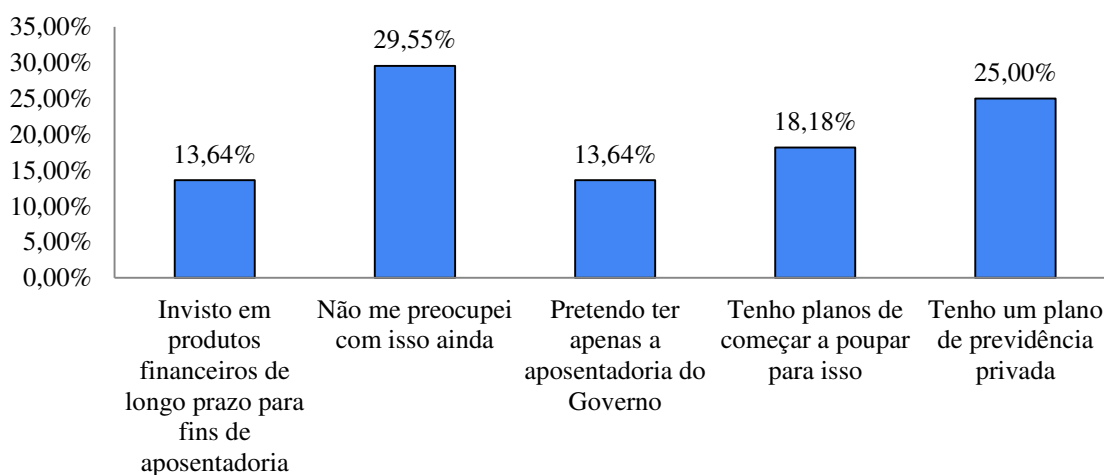
Figura 16 – Equilíbrio e Investimento

Fonte: Elaboração própria (2021)

Pode-se observar uma diferença expressiva entre as pessoas que responderam que não possuem o hábito de poupar e as que disseram que poupam e investem, corroborando com a diferença entre comportamento e conhecimento.

5.2.2 Aposentadoria

Buscou-se compreender a atual situação dos entrevistados acerca deste tema, direcionando os questionamentos ao que se refere apenas à aposentadoria, como tipos de previdência, aderência, entre outros fatores. O Figura 17 apresenta o percentual da percepção dos entrevistados com relação à aposentadoria.

Figura 17 – Percepção da Aposentadoria

Fonte: Elaboração própria (2021)

Demonstrou-se um número significativo de pessoas que, de uma forma ou de outra, levam em consideração algum item de sua vida financeira. Entretanto, quando questionados especificamente sobre aposentadoria, a maioria das pessoas alegou que ainda não se preocupa com isso. Isto confirma a precariedade no conhecimento previdenciário das pessoas no país (FIDELIS, 2018). Cerca de 25% dos entrevistados possuem um plano de previdência complementar, seguido de 18,18% que possuem planos de investir com essa finalidade.

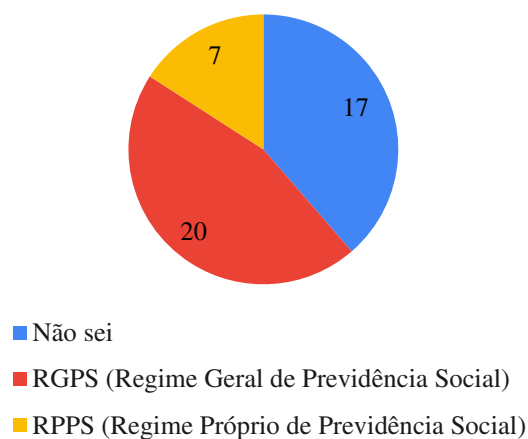
Para aqueles que disseram possuir um plano de previdência, o próximo questionamento, Tabela 9, permitiu ao entrevistado marcar qual ou quais das opções de modalidade de previdência ele possui. Em sua maioria, 54,55% das pessoas contam apenas com a previdência social, seguidas por aquelas que não sabem a modalidade de seu plano e daquelas que fazem uso do plano ofertado pela empresa que atuam. Variam em percentuais menores as modalidades de previdência social, complementar aberta e fechada.

Tabela 9 – Modalidades

Modalidades de Previdência	Frequência	Percentuais
Previdência Social	24	54,55%
Não sei	10	22,73%
Previdência Social, Previdência Complementar ofertada pela empresa que trabalha	4	9,09%
Previdência Complementar ofertada pela empresa que trabalha	2	4,55%
Previdência Complementar Aberta	1	2,27%
Previdência Complementar Fechada (Fundo de Pensão)	1	2,27%
Previdência Social, Previdência Complementar Aberta	1	2,27%
Previdência Social, Previdência Complementar Aberta, Previdência Complementar ofertada pela empresa que trabalha	1	2,27%
Total	44	100,00%

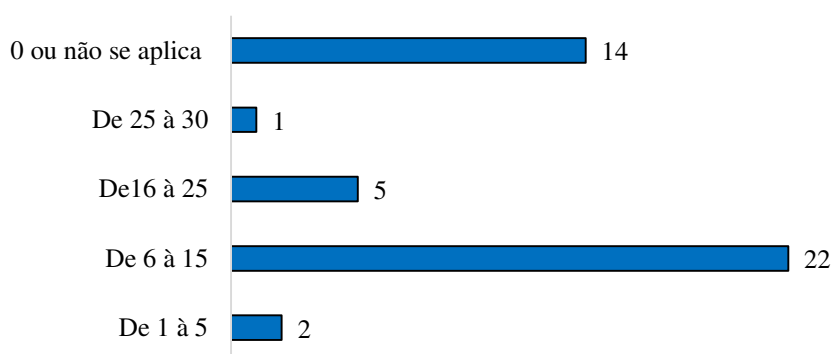
Fonte: Elaboração própria (2021)

A Figura 18 aborda o regime de previdência que os participantes estão inseridos, visto que a maioria se encontra no regime geral (o mais abrangente), seguida daqueles participantes do regime próprio, o que justifica o número de funcionários públicos respondentes à pesquisa. Encerrando, com 7 pessoas que não sabem em que regime se enquadram. Este dado versa com a questão anterior, visto que a maioria afirmou não ter se preocupado com a aposentadoria, isso se reflete no fato da maioria optar pela modalidade social e com baixíssimos índices para demais opções previdência. Para Souza *et al.* (2018, p. 36) isso denota que parte dos participantes “não incorporou preocupações (atitudes) e práticas (comportamentos) de planejamento à sua realidade financeira”.

Figura 18– Regime de aposentadoria**Regime de Aposentadoria**

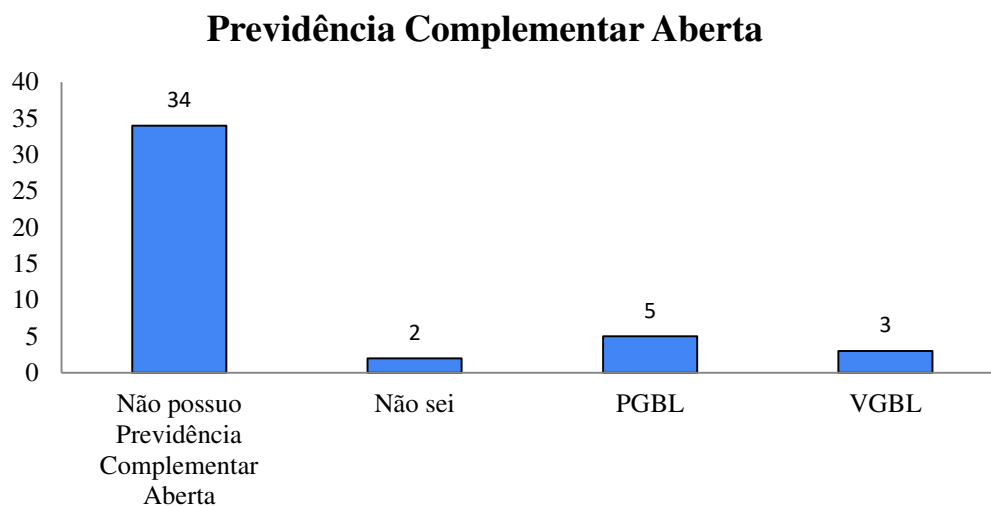
Fonte: Elaboração própria (2021)

A Figura 19 apresenta os dados quando questionados sobre a porcentagem descontada no salário para o plano de previdência.

Figura 19 – Renda destinada á previdência**Percentual de renda descontada**

Fonte: Elaboração própria (2021)

Nota-se que metade dos entrevistados alegaram possuir um desconto entre 6% e 15% em seu pagamento, enquanto 14 pessoas disseram que não há desconto ou não se aplica por estarem fora do mercado de trabalho no momento da pesquisa. Apenas 1 pessoa possui um desconto entre 25% e 30%. Sobre a previdência complementar aberta, a Figura 20 apresenta os dados.

Figura 20 – Previdência Complementar aberta

Fonte: Elaboração própria (2021)

Ao analisar os dados, percebe-se uma baixa aderência. A maioria dos entrevistados não possui este tipo de previdência. O que se deve, possivelmente, ao fato desta não permitir a dedução em imposto de renda, exceto o PGBL que ainda permite essa opção. O PGBL possibilita que o investidor escolha o valor e frequência da contribuição, sem que haja nenhuma exigência sobre a interrupção das contribuições, conforme o prazo de carência (REIS, 2018).

Esta questão permitiu ao partici, de maneira aberta escrever qual a previdência complementar possuía, dados expressos na Tabela 10.

Tabela 10- Previdência Complementar Fechada

Previdência Complementar Fechada (Fundos de Pensão)	Quantidade
Bradesco Indusprev	1
FUNPRESP	2
IAPP Ambev	3
PETROS	1
Unibanco	1
Total	8

Fonte: Elaboração própria (2021)

Nota-se a presença de planos ofertados por empresas privadas, como por exemplo o IAPP Ambev, ofertado pela Companhia de Bebida das Américas. Nem todas as pessoas se prendem apenas à previdência social ou planos de previdência complementar para garantir uma aposentadoria mais tranquila, existem aqueles que fazem uso também, de outros tipos de investimento visando o momento de chegada da aposentadoria.

Na Tabela 11, observa-se uma lista de opções de investimento para fins de aposentadoria.

Tabela 11– Aplicações para fins de aposentadoria

Aplicações para aposentadoria	Frequência
Caderneta de Poupança	10
Certificado de Depósito Bancário (CDB)	4
Fundo de Previdência	4
Ações, Fundos Imobiliários	2
Ações, Fundos Imobiliários, Fundo de Previdência, Títulos Públicos	2
Fundo de Renda Fixa	2
Ações	1
Ações, Caderneta de Poupança	1
Ações, Caderneta de Poupança, Fundos Imobiliários	1
Ações, Certificado de Depósito Bancário (CDB)	1
Ações, Certificado de Depósito Bancário (CDB), Fundos Imobiliários, Títulos Públicos	1
Ações, Fundos Imobiliários, Títulos Públicos	1
Bens	1
Caderneta de Poupança, Fundo de Renda Fixa	1
Fundos Imobiliários, Fundo de Previdência	1

Fonte: Elaboração própria (2021)

É possível notar que a poupança é a aplicação mais utilizada para esta finalidade, seguida pelos CDB's e pelos fundos de previdência. Pode-se notar também, que em alguns casos ocorre diversificação de carteira pelo mesmo indivíduo. Os dados encontrados estão em concordância com Silva, Neto e Araújo (2017) ao analisarem a educação financeira de servidores públicos, denotaram que mais de 50% dos servidores indicaram a poupança como mais adequado devido a percepção de risco, considerada pelos participantes como “nenhum”.

6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

É possível observar que a educação financeira é fundamental para a alfabetização financeira, e que ambas contribuem diretamente na saúde econômica plural e singular, seja de um indivíduo, de uma família, ou até de uma sociedade. Em posse desses conhecimentos o indivíduo estará propenso a ser mais assertivo na tomada de decisão envolvendo finanças, e consequentemente poderá evitar transtornos emocionais e psicológicos, bem como conflitos nas relações pessoais e profissionais envolvendo recursos financeiros, ou qualquer outro problema relacionado à este tema.

Algumas adversidades foram encontradas no decorrer desta pesquisa. Encontrar um público que aceitasse responder sobre o assunto foi um desafio, visto que era um questionário grande que demandava de certo tempo para o preenchimento adequado, e por se tratar de um assunto do qual nem todas as pessoas possuem interesse. Houve certa dificuldade em definir e traçar de forma cronológica e coerente os itens abordados, bem como encontrar literatura voltada especificamente ao planejamento financeiro para aposentadoria.

Identificou-se que as pessoas ainda não avançaram em suas vidas financeiras o quanto poderiam, por não possuírem o conhecimento necessário para isso. Durante as análises envolvendo a variável equilíbrio se torna visível a diferença entre pessoas que, conhecem e aplicam técnicas financeiras, daquelas que não conhecem e não aplicam. Existe uma tendência maior a um equilíbrio positivo das pessoas da primeira situação e uma tendência de equilíbrio baixo ou negativo das pessoas da segunda situação. Há uma faixa etária média, com predominância de pessoas com 28 anos de idade, e meia vida profissional já em andamento. Possivelmente se a maioria destas pessoas tivesse domínio sobre esse conhecimento a partir de agora, ou anteriormente, provavelmente ao chegar ao fim de sua vida profissional ativa, esta estaria bem organizada, segura e feliz.

Este trabalho abre oportunidade de pesquisa para outros em vários aspectos, como por exemplo, explorar as deficiências no sistema educacional no que diz respeito às finanças, bem como poder explorar qual o diferencial dos planos de previdência complementar ofertados pelas empresas, diante dos ofertados pelos bancos ou corretoras. É possível considerar que existe de fato uma lacuna acerca do conhecimento financeiro individual. Entretanto esse quadro pode ser modificado com o fortalecimento da educação financeira, o que de certa forma já vêm acontecendo, tendo em vista o aumento do consumo de materiais sobre o assunto por parte da população. A educação financeira pode transformar vidas e nações.

REFERÊNCIAS

- AMÂNCIO, J. C. B. Educação financeira e investimentos: um breve estudo sobre o perfil do brasileiro em 2020. Trabalho de Conclusão de Curso (Bacharelado em Administração). Centro Universitário de Anapólis – UniEVANGÉLICA.
- ARAGÃO, José W.M. **Metodologia Científica**. [recurso eletrônico] / José Wellington Marinho de Aragão, Maria Adelina Hayne Mendes Neta. - Salvador: UFBA, Faculdade de Educação, Superintendência de Educação a Distância, 2017.
- ARAÚJO, J. L. Efeitos de sentidos no discurso midiático: aposentadoria e trabalho. *PERcursos Linguísticos*, v. 8, n. 18, p. 228-243, 2018.
- ATKINSON, A; MESSY, F. Measuring financial literacy: results of the OECD / International Network on Financial Education (INFE) Pilot Study [Working Paper n. 15], 2012. **OECD Publishing**. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.1787/5k9csfs90fr4-en>. Acesso em: 20 abr. 2022.
- BACEN. Banco Central do Brasil. **Caderno de Educação Financeira – Gestão de Finanças Pessoais (Conteúdo Básico)**. 2013. Disponível em: https://www.bcb.gov.br/pre/pef/port/caderno_cidadania_financeira.pdf. Acesso em: 12 out. 2021.
- BACKES, A. P. **Revistas univates**: Previdência privada. São Paulo: 2017.
- BRASIL, AEF. **ENEF**. Disponível em: <http://www.vidaedinheiro.gov.br/>. Acesso em: 20 de outubro de 2021.
- _____. Casa Civil. **Decreto nº 7.397, de 22 de dezembro de 2010**. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2010/decreto/d7397.htm. Acesso em: 20 abr. 2022.
- _____. **Instituto Nacional do Seguro Social**. Anuário Estatístico da Previdência Social/Ministério da Fazenda, Secretaria de Previdência, Empresa de Tecnologia e Informações da Previdência. 2017.
- _____. **Lei nº 8.213, de 24 de julho de 1991**. Diário Oficial da União. Brasília, DF, 25 jul. 1991. Seção 1, p. 14809. Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/lei/1991/lei-8213-24-julho-1991-363650-publicacaooriginal-1-pl.html>. Acesso em: 20 abr. 2022.
- BRESSAN, M. A. L. C. et al. Bem-estar na aposentadoria: o que isso significa para os servidores públicos federais? **Revista Brasileira de Geriatria e Gerontologia**, 16 (2), 259-272, 2013.
- BORSOI, I. C. F; PEREIRA, F. S. Perspectivas acerca da aposentadoria na percepção de docentes de uma universidade pública federal. **Cadernos de Psicologia Social do Trabalho**, v. 20, n. 2, p. 173-186, 2017.
- BOVESPA. **Fundo de Investimento Imobiliário (FII)**. Disponível em: http://www.bmfbovespa.com.br/pt_br/produtos/listados-a-vista-e-

derivativos/rendavariavel/fundos-de-investimento-imobiliario-fii.htm>. Acesso em: 20 nov. 2016.

BUCHER-KOENEN, T. *et al.* How Financially Literate Are Women? An Overview and New Insights. **Journal Of Consumer Affairs**, vol. 51, n. 2, p. 255-283, 2016. Disponível em: <https://doi.org/10.1111/joca.12121>. Acesso em: 19 abr. 2022.

CERBASI, G. **Como organizar sua vida financeira: Inteligência financeira pessoal na prática**. Rio de Janeiro: Elsevier, 2012.

CERBASI, G. P. **Dinheiro, os segredos de quem tem: Como conquistar e manter sua independência financeira**. São Paulo: Editora Gente, 2005.

CERVO, A. L. BERVIAN, P. A. **Metodologia científica**. 5.ed. São Paulo: Prentice Hall, 2002.

CHEROBIM, A. P. M. S.; ESPEJO, M. M. S. B. dos. (Orgs.). **Finanças pessoais: conhecer para enriquecer!.** 2. ed. - São Paulo: Atlas, 2011.

COELHO, N.N.A.; CAMARGO, M.A. **Fundos de pensão no Brasil**: uma análise dos fatores determinantes para sua expansão na perspectiva dos gestores. O&S, v.19, n.61, pp. 277-295, 2012.

CORDEIRO, N. J. N., COSTA, M. G. V., & SILVA, M. N. DA. Educação financeira no Brasil: uma perspectiva panorâmica. **Ensino Da Matemática Em Debate**, 5(1), 69–84, 2018. Disponível em: <https://revistas.pucsp.br/index.php/emd/article/view/36841>.

DELAVANDE, A.; ROHWEDDER, S.; WILLIS, R. **Preparation for Retirement, Financial Literacy and Cognitive Resources**. Michigan Retirement Research Center. Working Paper, 2008.

FERREIRA, M. T. L. O nível de educação financeira e finanças pessoais dos alunos da Universidade Federal de Uberlândia-MG. 2017. Universidade Federal de Uberlândia – MG.

FIDELIS, R. G. Microempreendedor individual: um estudo sobre os efeitos da contribuição previdenciária frente às regras de aposentadoria, 2018. Disponível em: clyde.dr.ufu.br. Acesso em: 20. Abr. 2022.

FIGUEIRAS, M. L. O investidor brasileiro é preguiçoso e perde dinheiro com isso. 2013.

FORTUNA, E. **Mercado Financeiro**: produtos e serviços. 15.ed. rev. e ampl. Rio de Janeiro: Qualitymark, 2002.

GIL, A. C. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. 5. ed. São Paulo: Atlas, 2007.

GONZAGA, Rafael Dias. Um estudo de caso para Previdência Privada Complementar. RFA – **Revista de Finanças Aplicadas**. São Paulo, 2012.

HELPPIE, B; KAPINOS, K.A; WILLIS. R J. Occupational Learning, Financial Knowledge, and the Accumulation of Retirement Wealth. Michigan Retirement Research Center.

Working Paper, 2010-237. Out. 2010. Disponível em: <https://deepblue.lib.umich.edu/bitstream/handle/2027.42/78354/wp237.pdf?sequence=1&isAllowed=y>. Acesso em: 18 de out. 2021.

JESUS, G. C. Vantagens dos fundos imobiliários como forma de aplicação no mercado imobiliário para o pequeno investidor. *Ágora : Revista de divulgação científica*, 22(1), 104–115, 2017. <https://doi.org/10.24302/agora.v22i1.1480>. Acesso em: 20 abr. 2022.

KERTZMAN, Ivan; MARTINEZ, Luciano. **Guia prático da previdência social**. 5. ed. São Paulo: Saraiva, 2014.

LEITE, S. M. R. **Educação financeira e planos de aposentadoria**: um estudo comparado sobre as perspectivas de alunos graduandos / Suely Maria Rocha Leite -- Brasília, 2016.

LEAL, S. C; SANTOS, D. V; COSTA, P. S. **Educação Financeira**: Perfil de Educação Financeira dos Discentes de Graduação e Pós-Graduação de Instituições de Ensino Superior Brasileiras. In: Anais, 17 Congresso USP de Iniciação Científica em Contabilidade. 2020. Disponível em: congressousp.fipecafi.org. Acesso em: 20 abr. 2022.

LIMA, D.V; GUIMARÃES, O. G. **A contabilidade na gestão dos regimes próprios de previdência social**. São Paulo: Atlas, 2016.

LOBATO, L. de V. C.; COSTA, A. M.; RIZZOTTO, M. L. F. **Reforma da previdência**: o golpe fatal na seguridade social brasileira. *Saúde e Debate*, v. 43, n. 120, p. 5-14, jan./mar. 2019.

LOPES, A. V; BADIO, C. A; COIMBRA, J. C. M; POZZAN, L; BIAZOTO, R. P. Alfabetização financeira dos alunos dos cursos de Administração de Empresas, Economia e Ciências Contábeis da FECAP. *Revista Liceu On-line*, 2014.

LUCKE, V.A.C; FILIPIN, R; BRIZOLLA, M.M.B; VIEIRA, E.P. **Comportamento Financeiro Pessoal: Um Comparativo entre Jovens e Adultos de uma Cidade da Região Noroeste do Estado do RS**. XVII SEMEAD – Seminários em Administração, 2014.

LUSARDI, A; MITCHELL, O. S. Financial Literacy and Retirement Preparedness: Evidence and Implications for Financial Education, *Business Economics*, V. 42, n. 1, p. 35-44, 10p. Jan. 2007.

OLIVEIRA, P. J. L. **Previdência Social Brasileira e a PEC. 06/2019**: Análise do sistema atual e das possíveis mudanças sob a égide da teoria Luhmanniana, 2019.

ORGANISATION FOR ECONOMIC CO-OPERATION AND DEVELOPMENT. OECD. Financial literacy and inclusion: Results of OECD/INFE survey across countries and by gender. OECD Centre, Paris, France, 2013.

ORGANIZAÇÃO DE COOPERAÇÃO E DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO-OCDE. Recommendation on Principles and Good Practices for Financial Education and Awareness. OCDE, 2005. Disponível em: <<http://www.oecd.org/finance/financial-education/35108560.pdf>> Acesso em: 20 abr. 2022.

PEREGRINO, F. Conheça os meios de pagamento mais usados pelos brasileiros. **Varejo S.A**, 2021. Disponível em: <https://cndl.org.br/varejosa/conheca-os-meios-de-pagamento-mais-usados-pelos-brasileiros/>. Acesso em: 20 abr. 2022.

PINHEIRO, R. P. **Educação financeira e previdenciária: as novas fronteiras dos fundos de pensão**. São Paulo, 2008. Disponível em: <http://www.mtps.gov.br/images/Documentos/outrosAssuntos/superavit.pdf>. Acesso em: 12 out. 2021.

POTRICH, A. C. G. *et al.* Educação Financeira dos Gaúchos: Proposição de uma Medida e Relação com as Variáveis Socioeconômicas e Demográficas. **Sociedade, Contabilidade e Gestão**, Rio de Janeiro, v. 9, n. 3, set/dez, 2014. Disponível em: <https://revistas.ufrj.br/index.php/scg/article/view/13335>. Acesso em: 20 abr. 2022.

POTRICH, A. C. G; VIEIRA, K. M; KIRCH, G. Determinantes da Alfabetização Financeira: Análise da Influência de Variáveis Socioeconômicas e Demográficas. **R. Cont. Fin. – USP**, São Paulo, v. 26, n. 69, p. 362-377, set./out./nov./dez. 2016.

PÓVOAS, M. S. **Na rota das instituições do bem-estar: seguro e previdência**. São Paulo: Green Forest do Brasil, 2000.

PRODANOV, C.C; FREITAS, E.C. **Metodologia do trabalho científico [recursos eletrônicos]**: métodos e técnicas da pesquisa e do trabalho acadêmico – 2 ed. – Novo Hamburgo: Feevale, 2013.

RAMBO, A. C. O PERFIL DO INVESTIDOR E MELHORES INVESTIMENTOS: da teoria à prática do mercado brasileiro. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Ciências Econômicas). Curso de Ciências Econômicas, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2014.

REIS, C. M. A percepção dos estudantes da Univates em relação às finanças pessoais. 2019. Trabalho de Conclusão de Curso (Bacharelado em Administração). Universidade do Vale do Taquari – Lajeado.

ROCHA, D. M. **Comentários à lei de benefícios da previdência social**. 16. ed. São Paulo: Atlas, 2018.

RODRIGUES, J. A. **Gestão de risco atuarial**. São Paulo. Saraiva. 2008.

ROSSATO, V.P.; BESKOW, R.P.; PINTO, N.G.M.O Endividamento e os seus Consequentes nas Capitais Brasileiras de 2010 a 2017. **Revista de Administração IMED**, v. 9, n. 1, p. 94-113, 2019.

SANTOS, A.S; SATURNINO, O; ARAUJO, G.B; SOUZA, H.J.C. A Relação entre o Modelo Big Five de Personalidade e a Educação Financeira entre estudantes de cursos superiores de João Pessoa – PB. XXII SEMEAD Seminários em Administração, 2019.

SÁ, D. M; SOUZA, K. C. R. **Alternativa de investimento**: caderneta de poupança. In: VII Fórum de Integração, 2018. Disponível em: https://periodicos.ifrr.edu.br/index.php/anais_forint/article/view/921. Acesso em: 20 abr.

2022.

SCHOSSLER, C.M; CONTO, S.M. Previdência Privada Aberta: Um Estudo Sobre O Produto No Mercado De Investimentos. **Revista Destaques Acadêmicos**, Vol. 7, N. 1, 2015 - Cgo/Univates.

SEBRAE. Programa Brasil Empreendedor. **Orientação para Crédito**. Brasília, 2000.

SILVA, P. H. S.; CORREIA, J. J. A.; MONTEIRO, I. S. C. Análise Atuarial da Idade Ótima de Aposentadoria Frente à Proposta do Governo Temer de Reforma da Previdência: Uma **Revisão da Literatura**. ID On Line Revista Multidisciplinar e de Psicologia, v. 13, n. 44, p. 20 404-422, 2019.

SILVA, R; TEIXEIRA, A; BEIRUTH, A. X. Finanças pessoais e educação financeira: o perfil dos servidores públicos de um município do centro-oeste brasileiro. **Revista UNEMAT de Contabilidade**, vol. 5, n. 10, 2017. Disponível em: <https://doi.org/10.30681/ruc.v5i10.1382>. Acesso em: 19 abr. 2022.

SOUZA, F. C. **A heterogeneidade da mortalidade da população brasileira e aspectos distributivos na previdência social**: uma análise atuarial da proposta de idade mínima de aposentadoria. Administração Pública e Gestão Social, v. 10, N. 1, p. 1-73, jan./mar. 2018.

SOUZA, P. A. de. O Caráter Tributário da Contribuição do Contribuinte Individual ao INSS e sua Legítima Prescrição e utilização no computo do Tempo para Aposentadoria. 2018a.

SOUZA, M. P. et al. Perfil de educação financeira de funcionários e servidores de banco público federal em agência de Jaboatão dos Guararapes-Pernambuco. **Revista Eletrônica Estácio Papirus**, v. 5, n. 1, 2018. Disponível em: <http://revistaadmmade.estacio.br/index.php/papirussantacatarina/article/viewArticle/4620>. Acesso em: 20 abr. 2022.

VIEIRA, K.M; JUNIOR, F.J.M; POTRICH, A.C.G. Indicador de Educação Financeira: Proposição de um Instrumento a partir da Teoria Da Resposta ao Item. **Educ. Soc., Campinas**, v.4, 2019.

ZANOTELLI, M. V. A. Uma análise do perfil conservador do investidor brasileiro pessoa física. 2021. 63f. Dissertação (Mestrado em Economia de Empresas) - Faculdade de Economia, Administração, Atuária e Contabilidade. Universidade Federal do Ceará, Fortaleza (CE). Disponível em: <https://repositorio.ufc.br/handle/riufc/59314>. Acesso em: 19 abr. 2022.

Documento Digitalizado Ostensivo (Público)

Entrega de TCC Luana Lopes de Brito

Assunto: Entrega de TCC Luana Lopes de Brito
Assinado por: Luana Lopes
Tipo do Documento: Dissertação
Situação: Finalizado
Nível de Acesso: Ostensivo (Público)
Tipo do Conferência: Cópia Simples

Documento assinado eletronicamente por:

■ Luana Lopes de Brito, ALUNO (20152460033) DE BACHARELADO EM ADMINISTRAÇÃO - JOÃO PESSOA, em 03/08/2022 12:37:24.

Este documento foi armazenado no SUAP em 03/08/2022. Para comprovar sua integridade, faça a leitura do QRCode ao lado ou acesse <https://suap.ifpb.edu.br/verificar-documento-externo/> e forneça os dados abaixo:

Código Verificador: 586558

Código de Autenticação: d49bb93654

